

**Guaimbê Solar Holding S.A.**

**Demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro  
de 2024**

## ÍNDICE

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas.....1

### **Demonstrações contábeis individuais e consolidadas auditadas**

Balanços patrimoniais .....	6
Demonstrações dos resultados .....	8
Demonstrações dos resultados abrangentes .....	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	10
Demonstrações dos fluxos de caixa .....	11
Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas.....	12



**Shape the future  
with confidence**

São Paulo Corporate Towers  
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909  
6º ao 10º andar - Vila Nova Conceição  
04543-011 - São Paulo - SP - Brasil  
Tel: +55 11 2573-3000  
ey.com.br

## **Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas**

Aos acionistas e Administradores da  
**Guaimbê Solar Holding S.A.**  
São Paulo - SP

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Guaimbê Solar Holding S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como “normas contábeis IFRS”).

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião

### **Ênfase**

Chamamos atenção a nota explicativa n.º 2.8 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, que descrevem a mudança voluntária na política contábil de classificação de aplicações financeiras como equivalentes de caixa pela Companhia a partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2024. Os valores correspondentes referentes ao exercício anterior e ao saldo de abertura do último exercício apresentado, apresentados para fins de comparação, foram reclassificados e estão sendo retificados como previsto na NBC TG 23 - Práticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro. Nossa opinião não contém ressalva em relação a esse assunto.



Shape the future  
with confidence

## Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações contábeis. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações contábeis da Companhia.

### *Reconhecimento da receita e custos com compra e venda de energia*

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia reconheceu receitas operacionais consolidadas no montante de R\$ 504.426 mil, conforme divulgado na nota explicativa 10 e custos consolidados com compra de energia no montante de R\$ 92.772 mil, conforme divulgado na nota explicativa 11. As receitas são oriundas das operações de fornecimento e suprimento de energia elétrica, cujo reconhecimento ocorre quando a obrigação contratual de entregar energia é satisfeita e o valor da venda pode ser mensurado de forma confiável.

O processo de receita ainda inclui a mensuração da receita não faturada ao cliente, relacionada ao fornecimento de energia elétrica, calculada em base estimada, até 31 de dezembro de 2024, utilizando determinadas premissas oriundas dos contratos de compra e venda de energia.

A receita é um importante indicador de performance da Companhia e de sua administração, o que pode criar um incentivo de reconhecimento da receita antes do cumprimento da obrigação de desempenho, ou de postergação do reconhecimento do custo. Dessa forma, existe o risco de que uma receita ou custo sejam reconhecidos fora do seu período de competência, especialmente no período que antecede o fechamento do exercício.

O monitoramento desse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria, tendo em vista o risco inerente envolvendo o reconhecimento da receita e custo em período distinto daquele em que a obrigação de desempenho foi atendida, além do o volume significativo de transações e a magnitude dos valores envolvidos.



**Shape the future  
with confidence**

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: (i) Avaliação da adequação das políticas contábeis adotadas pela Companhia no reconhecimento da receita; (ii) Confronto do sumário de energia emitido pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE com o Balanço Energético da Companhia, com o propósito de corroborar a quantidade de energia transacionada no período e os valores contabilizados, incluindo o montante não faturado reconhecido na data base e realizado em data subsequente; e (iii) Avaliação da adequação das divulgações efetuadas pela Companhia sobre as receitas e custos, incluídas nas notas 10 e 11, às demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o reconhecimento das receitas e custos, que está consistente com a avaliação da Companhia, consideramos que os critérios e premissas utilizadas são aceitáveis, assim como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

### **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas**

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como “normas contábeis IFRS”), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.



**Shape the future  
with confidence**

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.



**Shape the future  
with confidence**

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aquele que foi considerado como mais significativo na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constitui o principal assunto de auditoria. Descrevemos esse assunto em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 8 de abril de 2025.

ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S/S Ltda.  
CRC SP-034519/O

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Adilvo França Junior', is written over a faint, light blue grid background.

Adilvo França Junior  
Contador CRC 1BA-021419/O

## Guaimbê Solar Holding S.A

### BALANÇOS PATRIMONIAIS Exercícios findos em 31 de dezembro (Valores expressos em milhares de reais – R\$)

Notas	Controladora			Consolidado			
	31/12/2024	31/12/2023	01/01/2023	31/12/2024	31/12/2023	01/01/2023	
	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)	
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>							
Caixa e equivalentes de caixa	3	6.440	4.499	22.733	604.457	361.009	542.197
Contas a receber de clientes		-	-	-	65.805	48.002	61.987
Contas a receber partes relacionadas		-	-	-	-	536	536
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		-	-	-	-	6.275	-
Tributos e contribuições sociais compensáveis		93	98	60	6.859	5.945	12.787
Dividendos a receber		2.041	15.425	-	-	-	-
Estoques		-	-	-	26.985	15.583	17.643
Conta de ressarcimento	4	-	-	-	3.196	9.567	17.494
Cauções e depósitos vinculados		-	-	-	-	5	-
Outros ativos		-	-	1.280	20.768	9.163	11.678
<b>TOTAL ATIVO CIRCULANTE</b>		<b>8.574</b>	<b>20.022</b>	<b>24.073</b>	<b>728.070</b>	<b>456.085</b>	<b>664.322</b>
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>							
Tributos e contribuições sociais diferidos		-	-	-	31.083	22.901	19.245
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		-	-	-	6.275	-	-
Conta de ressarcimento	4	-	-	-	-	2.684	2.491
Investimentos em controladas	5	2.540.180	2.426.365	2.887.035	-	-	-
Cauções e depósitos vinculados		-	-	-	29.399	28.996	35.235
Contas a receber partes relacionadas		-	-	-	-	-	141.972
Outros ativos		34	1.472	488	1.455	6.663	4.620
Imobilizado, líquido	6	-	-	-	2.337.684	2.424.284	2.515.437
Intangível, líquido		20	40	59	62.765	65.064	69.616
<b>TOTAL ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>2.540.234</b>	<b>2.427.877</b>	<b>2.887.582</b>	<b>2.468.661</b>	<b>2.550.592</b>	<b>2.788.616</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>2.548.808</b>	<b>2.447.899</b>	<b>2.911.655</b>	<b>3.196.731</b>	<b>3.006.677</b>	<b>3.452.938</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

## Guaimbê Solar Holding S.A

### BALANÇOS PATRIMONIAIS Exercícios findos em 31 de dezembro (Valores expressos em milhares de reais – R\$)

Notas	Controladora			Consolidado		
	31/12/2024	31/12/2023	01/01/2023	31/12/2024	31/12/2023	01/01/2023
	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)
<b><u>PASSIVO CIRCULANTE</u></b>						
Fornecedores	2	106	92	37.690	23.795	11.705
Debêntures	7	-	-	22.347	25.287	26.596
Imposto de renda e contribuição social a pagar	5	1	-	11.423	8.752	9.763
Tributos a pagar	3	3	16	3.986	3.361	2.323
Dividendos a pagar	131.885	-	-	131.930	45	45
Conta de ressarcimento	4	-	-	392.670	72.575	47.858
Passivo de arrendamento	8	-	-	1.289	2.184	1.840
Encargos setoriais	-	-	-	275	252	228
Outras obrigações	-	-	-	1.625	1.498	1.711
<b>TOTAL PASSIVO CIRCULANTE</b>	<b>131.895</b>	<b>110</b>	<b>108</b>	<b>603.235</b>	<b>137.749</b>	<b>102.069</b>
<b><u>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</u></b>						
Tributos e contribuições sociais diferidos	-	-	-	2.126	2.499	2.275
Conta de ressarcimento	4	-	-	67.683	285.559	259.745
Debêntures	7	-	-	-	21.308	44.144
Passivo de arrendamento	8	-	-	65.231	74.603	80.425
Provisões para processos judiciais e outros	-	-	-	1.716	1.254	697
Outras obrigações	210	-	-	40.037	35.916	52.036
<b>TOTAL PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>210</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>176.793</b>	<b>421.139</b>	<b>439.322</b>
<b><u>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u></b>						
Capital social subscrito e integralizado	1.847.077	1.847.077	2.287.984	1.847.077	1.847.077	2.287.984
Outros resultados abrangentes	1.137	758	379	1.137	758	379
Reservas de capital	517.036	517.036	517.036	517.036	517.036	517.036
Reserva de lucros	51.453	82.918	20.078	51.453	82.918	20.078
Dividendos adicionais propostos	-	-	86.070	-	-	86.070
<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>2.416.703</b>	<b>2.447.789</b>	<b>2.911.547</b>	<b>2.416.703</b>	<b>2.447.789</b>	<b>2.911.547</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>2.548.808</b>	<b>2.447.899</b>	<b>2.911.655</b>	<b>3.196.731</b>	<b>3.006.677</b>	<b>3.452.938</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

## Guaimbê Solar Holding S.A

### DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS Exercícios findos em 31 de dezembro (Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Receita operacional líquida	10	-	-	504.426	596.455
Custo de produção e operação de energia	11	-	-	(328.159)	(309.577)
<b>LUCRO BRUTO</b>		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>176.267</b>	<b>286.878</b>
Gerais e administrativas	12	(451)	(350)	(5.316)	(2.927)
Outras despesas operacionais		-	(1)	(523)	(232)
<b>TOTAL DAS DESPESAS OPERACIONAIS</b>		<b>(451)</b>	<b>(351)</b>	<b>(5.839)</b>	<b>(3.159)</b>
<b>RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS</b>		<b>(451)</b>	<b>(351)</b>	<b>170.428</b>	<b>283.719</b>
<b>RESULTADO FINANCEIRO</b>					
Receitas financeiras		613	7.395	49.152	49.703
Despesas financeiras		-	-	(26.020)	(29.793)
<b>TOTAL DO RESULTADO FINANCEIRO</b>	13	<b>613</b>	<b>7.395</b>	<b>23.132</b>	<b>19.910</b>
Resultado de equivalência patrimonial		163.210	261.920	-	-
<b>RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO</b>		<b>163.372</b>	<b>268.964</b>	<b>193.560</b>	<b>303.629</b>
Imposto de renda e contribuição social corrente		(90)	(1.938)	(34.395)	(38.052)
Imposto de renda e contribuição social diferido		-	-	4.117	1.449
<b>TOTAL DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO</b>	14	<b>(90)</b>	<b>(1.938)</b>	<b>(30.278)</b>	<b>(36.603)</b>
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>		<b>163.282</b>	<b>267.026</b>	<b>163.282</b>	<b>267.026</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

## Guaimbê Solar Holding S.A

### DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Lucro líquido do exercício	163.282	267.026	163.282	267.026
Outros resultados abrangentes	379	379	379	379
<b>TOTAL DE RESULTADOS ABRANGENTES DO EXERCÍCIO, LÍQUIDO DE IMPOSTOS</b>	<b>163.661</b>	<b>267.405</b>	<b>163.661</b>	<b>267.405</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

**Guaimbê Solar Holding S.A**

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023  
(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

Descrição	Notas	Capital social subscrito e integralizado	Reserva de capital	Reserva de lucros		Outros resultados abrangentes	Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Total do Patrimônio Líquido
				Reserva legal	Reserva de investimentos				
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>		<b>2.287.984</b>	<b>517.036</b>	<b>20.078</b>	<b>-</b>	<b>379</b>	<b>86.070</b>	<b>-</b>	<b>2.911.547</b>
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	267.026	267.026
Redução de capital		(440.907)	-	-	-	-	-	-	(440.907)
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-	379	-	-	379
Distribuição dividendos adicionais propostos		-	-	-	-	-	(86.070)	-	(86.070)
Constituição de reserva de investimentos		-	-	-	49.489	-	-	(49.489)	-
Constituição de reserva legal		-	-	13.351	-	-	-	(13.351)	-
Distribuição de dividendos intermediários		-	-	-	-	-	-	(204.186)	(204.186)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>9</b>	<b>1.847.077</b>	<b>517.036</b>	<b>33.429</b>	<b>49.489</b>	<b>758</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>2.447.789</b>
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	163.282	163.282
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-	379	-	-	379
Constituição de reserva de investimentos		-	-	-	18.024	-	-	(18.024)	-
Distribuição de dividendos intermediários		-	-	-	-	-	-	(145.258)	(145.258)
Dividendos adicionais propostos		-	-	-	(49.489)	-	-	-	(49.489)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>9</b>	<b>1.847.077</b>	<b>517.036</b>	<b>33.429</b>	<b>18.024</b>	<b>1.137</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>2.416.703</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

**Guaimbê Solar Holding S.A**  
**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA**  
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023  
 (Valores expressos em milhares de reais – R\$)

Notas	Controladora		Consolidado		
	2024	2023	2024	2023	
		(Reapresentado)		(Reapresentado)	
<b>Atividades operacionais:</b>					
Lucro líquido do exercício	163.282	267.026	163.282	267.026	
<b>Ajustes para conciliar o lucro líquido do exercício com o caixa das atividades operacionais:</b>					
Depreciação e amortização	11 e 12	4.070	4.069	149.672	148.115
Atualização monetária	13	-	-	(3.510)	(4.349)
Juros sobre arrendamentos e aluguéis	13	-	-	8.027	7.956
Variação cambial - fornecedores	13	-	-	(124)	(5)
Custo de empréstimos (encargos de dívidas)	7	-	-	5.675	8.781
Tributos diferidos	-	-	-	(4.117)	(1.449)
Baixa de ativo imobilizado	6	-	-	(35)	-
Resultado de equivalência patrimonial	5	(166.962)	(265.970)	-	-
		<b>390</b>	<b>5.125</b>	<b>318.870</b>	<b>426.075</b>
<b>Variação dos ativos e passivos operacionais</b>		<b>14.967</b>	<b>(11.794)</b>	<b>135.237</b>	<b>276.767</b>
Pagamento de juros (encargos de dívidas)	7	-	-	(4.220)	(4.920)
Pagamento de juros sobre passivo de arrendamento	8	-	-	(6.825)	(7.956)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	-	(30)	(3.546)	(27.338)	(45.108)
<b>Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais</b>		<b>15.327</b>	<b>(10.215)</b>	<b>415.724</b>	<b>644.858</b>
<b>Atividades de investimentos:</b>					
Dividendos recebidos	-	49.476	166.310	-	-
Aquisições de ativo imobilizado e intangível	-	-	-	(83.675)	(74.059)
Redução de capital em controladas	5	-	556.787	-	-
<b>Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de investimentos</b>		<b>49.476</b>	<b>723.097</b>	<b>(83.675)</b>	<b>(74.059)</b>
<b>Atividades de financiamentos:</b>					
Dividendos pagos	-	(62.862)	(290.256)	(62.862)	(290.256)
Pagamento de debênture (principal)	7	-	-	(25.595)	(28.006)
Pagamento de passivo de arrendamento (principal)	8	-	-	(3.148)	(3.401)
Redução de capital	-	-	(440.907)	-	(440.907)
Custo de empréstimos e debêntures (custos de transação e prêmios)	-	-	-	(108)	-
(Aplicações) resgates de cauções e depósitos vinculados	-	-	-	3.112	10.583
<b>Caixa líquido (aplicado) nas atividades de financiamentos</b>		<b>(62.862)</b>	<b>(731.163)</b>	<b>(88.601)</b>	<b>(751.987)</b>
<b>(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>1.941</b>	<b>(18.281)</b>	<b>243.448</b>	<b>(181.188)</b>
Saldo no início do exercício	-	4.499	22.780	361.009	542.197
<b>Saldo final de caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>6.440</b>	<b>4.499</b>	<b>604.457</b>	<b>361.009</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

## 1 INFORMAÇÕES GERAIS

A Guaimbê Solar Holding S.A. (“Companhia” ou “Controladora”), com sede na Cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Avenida Dra. Ruth Cardoso, nº 8.501, 7º andar, sala 18, Pinheiros, CEP 05425-070, foi constituída em 21 de junho de 2018, na forma de sociedade por ações de capital fechado e tem como objeto social principal participar no capital social de outras sociedades.

A Companhia é diretamente controlada pela Auren Operações S.A. (“Auren Operações”) e indiretamente pela Auren Energia S.A.

Em 30 de abril de 2021, o Itaú Unibanco S.A. (“Itaú”) passou a ser acionista da Companhia, detendo 19,90% das ações. Em 03 de janeiro de 2022, por meio de um acordo de investimento, o Itaú subscreveu novas ações preferenciais, passando a deter participação de 23,41% do capital social da Companhia.

A Companhia possui um portfólio diversificado de geração de energia elétrica renovável, sendo eles: geração eólica e geração solar.

### 1.1 Geração solar

Parque Gerador	Contrato / Leilão	Portaria MME	Publicação portaria	Vigência da autorização	Prazo de autorização	Ano de conclusão da planta	Unidades geradoras	Capacidade instalada MW	Garantia física MWm
<b>Solar Guaimbê</b>									
Guaimbê I	6º LER/2014	257/2015	15/06/15	15/06/50	35 anos	2018	22	30,0	5,9
Guaimbê II	6º LER/2014	258/2015	15/06/15	15/06/50	35 anos	2018	22	30,0	5,9
Guaimbê III	6º LER/2014	259/2015	15/06/15	15/06/50	35 anos	2018	22	30,0	5,9
Guaimbê IV	6º LER/2014	260/2015	15/06/15	15/06/50	35 anos	2018	22	30,0	5,9
Guaimbê V	6º LER/2014	261/2015	15/06/15	15/06/50	35 anos	2018	22	30,0	5,9
<b>Subtotal</b>							<b>110</b>	<b>150,0</b>	<b>29,5</b>
<b>Solar Água Vermelha</b>									
AGV IV	25º LEN/2017	244/2018	14/06/18	13/06/53	35 anos	2019	22	15,2	4,0
AGV V	25º LEN/2017	243/2018	14/06/18	13/06/53	35 anos	2019	22	30,4	8,0
AGV VI	25º LEN/2017	242/2018	14/06/18	13/06/53	35 anos	2019	22	30,4	7,5
<b>Subtotal</b>							<b>66</b>	<b>76,0</b>	<b>19,5</b>
<b>Total</b>							<b>176</b>	<b>226,0</b>	<b>49,0</b>

As informações em MW não são auditadas pelos auditores independentes.

Em 31 de dezembro de 2024, a comercialização de energia contratada no Ambiente de Contratação Regulado (ACR) está conforme abaixo:

Controladas	Contrato	Compradora	Energia anual contratada (MWh)		Prazo			
			Energia anual contratada MWh	Preço Médio atualizado MWh	Inicial	Final	Índice de correção	Mês de reajuste
<b>Solar Guaimbê</b>								
Guaimbê I	6º LER/2014	CCEE	51.826	377,00	out/17	set/37	IPCA	Outubro
Guaimbê II	6º LER/2014	CCEE	51.826	377,00	out/17	set/37	IPCA	Outubro
Guaimbê III	6º LER/2014	CCEE	51.826	385,47	out/17	set/37	IPCA	Outubro
Guaimbê IV	6º LER/2014	CCEE	51.826	385,47	out/17	set/37	IPCA	Outubro
Guaimbê V	6º LER/2014	CCEE	51.826	385,47	out/17	set/37	IPCA	Outubro
<b>Total</b>			<b>259.130</b>					
<b>Solar Água Vermelha</b>								
AGV IV	25º LEN/2017	Distribuidoras	35.136	199,89	jan/21	dez/40	IPCA	Janeiro
AGV V	25º LEN/2017	Distribuidoras	69.394	199,89	jan/21	dez/40	IPCA	Janeiro
AGV VI	25º LEN/2017	Distribuidoras	69.394	201,50	jan/21	dez/40	IPCA	Janeiro
<b>Subtotal</b>			<b>173.924</b>					
<b>Total</b>			<b>433.054</b>					

## 1.2 Geração eólica

Parque Gerador	Contrato / Leilão	Portaria MME	Publicação portaria	Vigência da autorização	Prazo de autorização	Ano de conclusão da planta	Quantidade de aerogeradores	Capacidade instalada MW	Garantia física MW (i)
<b><u>Eólico Alto Sertão II</u></b>									
Ametista	12º LEN/2011	135/2012	15/03/12	14/03/47	35 anos	2015	17	28,6	10,3
Borgo	12º LEN/2011	222/2012	16/04/12	15/04/47	35 anos	2016	12	20,2	11,2
Caetité	12º LEN/2011	167/2012	23/03/12	14/03/47	35 anos	2016	18	30,2	16,6
Dourados (i)	12º LEN/2011	130/2012	14/03/12	13/03/47	35 anos	2015	17	28,6	10,4
Espigão	12º LEN/2011	172/2012	26/03/12	25/03/47	35 anos	2016	6	10,1	5,8
Maron	12º LEN/2011	107/2012	12/03/12	11/03/47	35 anos	2015	18	30,2	12,5
Pelourinho	12º LEN/2011	168/2012	23/03/12	22/03/47	35 anos	2016	13	21,8	12,4
Pilões (i)	12º LEN/2011	128/2012	14/03/12	13/03/47	35 anos	2015	18	30,2	11,4
Serra do Espinhaço	12º LEN/2011	171/2012	26/03/12	25/03/47	35 anos	2016	11	18,5	10,6
Araçás	3º LER/2010	241/2011	08/04/11	07/03/46	35 anos	2014	19	31,9	15,5
Da Prata	3º LER/2010	177/2011	28/03/11	27/03/46	35 anos	2014	13	21,9	10,1
Morrão	3º LER/2010	268/2011	25/04/11	24/04/46	35 anos	2014	18	30,2	16,1
Seraíma	3º LER/2010	332/2011	31/05/11	30/05/46	35 anos	2014	18	30,2	17,5
Tanque	3º LER/2010	330/2011	30/05/11	29/05/46	35 anos	2014	18	30,0	13,9
Ventos do Nordeste	3º LER/2010	161/2011	21/03/11	20/03/46	35 anos	2014	14	23,5	10,1
<b>Subtotal</b>							<b>230</b>	<b>386,1</b>	<b>184,4</b>
<b><u>Eólico Ventus</u></b>									
Miassaba 3	2º LER/2009	740/2010	20/08/10	19/08/45	35 anos	2014	41	68,5	22,8
Reis dos Ventos 1	2º LER/2009	963/2010	13/12/10	12/12/45	35 anos	2014	35	58,4	21,9
Reis dos Ventos 3	2º LER/2009	964/2010	13/12/10	12/12/45	35 anos	2014	36	60,1	21,1
<b>Subtotal</b>							<b>112</b>	<b>187,0</b>	<b>65,8</b>
<b>Total</b>							<b>342</b>	<b>573,1</b>	<b>250,2</b>

- (i) As Garantias Físicas anteriormente estabelecidas para as usinas Dourados e Pilões foram revogadas pela portaria 2.634/2023, ficando vigente o montante apresentado.

As informações em MW não são auditadas pelos auditores independentes.

Em 31 de dezembro de 2024, a comercialização de energia contratada no Ambiente de Contratação Regulado (ACR) estava conforme abaixo:

Controladas	Contrato	Energia anual contratada (MWh)			Prazo			
		Compradora	Energia anual contratada MWh	Preço Médio atualizado MWh	Inicial	Final	Índice de correção	Mês de reajuste
<b><u>Eólico Alto Sertão II</u></b>								
Da Prata	3º LER/2010	CCEE	85.760	271,54	set/13	ago/33	IPCA	setembro
Araçás	3º LER/2010	CCEE	106.784	271,54	set/13	ago/33	IPCA	setembro
Morrão	3º LER/2010	CCEE	124.848	271,54	set/13	ago/33	IPCA	setembro
Seraíma	3º LER/2010	CCEE	125.846	271,54	set/13	ago/33	IPCA	setembro
Tanque	3º LER/2010	CCEE	111.988	271,54	set/13	ago/33	IPCA	setembro
Ventos do Nordeste	3º LER/2010	CCEE	88.476	271,54	set/13	ago/33	IPCA	setembro
<b>Subtotal</b>			<b>643.702</b>					
Ametista	12º LEN/2011	Distribuidoras	121.764	205,51	jan/16	dez/35	IPCA	janeiro
Borgo	12º LEN/2011	Distribuidoras	84.972	203,89	jan/16	dez/35	IPCA	janeiro
Caetité	12º LEN/2011	Distribuidoras	125.268	204,23	jan/16	dez/35	IPCA	janeiro
Dourados	12º LEN/2011	Distribuidoras	115.632	204,17	jan/16	dez/35	IPCA	janeiro
Espigão	12º LEN/2011	Distribuidoras	42.924	206,60	jan/16	dez/35	IPCA	janeiro
Maron	12º LEN/2011	Distribuidoras	120.888	205,08	jan/16	dez/35	IPCA	janeiro
Pelourinho	12º LEN/2011	Distribuidoras	103.368	204,90	jan/16	dez/35	IPCA	janeiro
Pilões	12º LEN/2011	Distribuidoras	114.756	202,59	jan/16	dez/35	IPCA	janeiro
Serra Espinhaço	12º LEN/2011	Distribuidoras	77.964	201,78	jan/16	dez/35	IPCA	janeiro
<b>Subtotal</b>			<b>907.536</b>					
<b><u>Complexo Eólico Ventus</u></b>								
Miassaba 3	2º LER/2009	CCEE	184.316	349,81	jul/12	jun/32	IPCA	julho
Reis dos Ventos 1	2º LER/2009	CCEE	160.999	351,42	jul/12	jun/32	IPCA	julho
Reis dos Ventos 3	2º LER/2009	CCEE	165.102	352,11	jul/12	jun/32	IPCA	julho
<b>Subtotal</b>			<b>510.417</b>					
<b>Total</b>			<b>2.061.655</b>					

### 1.3 Relação de empreendimentos controlados

As seguintes entidades são consideradas como controladas e estão incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas:

Descrição	Atividade	Complexo	Sede	Participação	
				2024	2023
<b>Controladas diretas:</b>					
Nova Energia Holding S.A. ("Nova Energia")	Holding	Complexo Alto Sertão II	São Paulo, SP	100%	100%
Guaimbé I Parque Solar Ltda. ("Guaimbé I")	Geração solar	Complexo Guaimbé	Guaimbé, SP	100%	100%
Guaimbé II Parque Solar Ltda. ("Guaimbé II")	Geração solar	Complexo Guaimbé	Guaimbé, SP	100%	100%
Guaimbé III Parque Solar Ltda. ("Guaimbé III")	Geração solar	Complexo Guaimbé	Guaimbé, SP	100%	100%
Guaimbé IV Parque Solar Ltda. ("Guaimbé IV")	Geração solar	Complexo Guaimbé	Guaimbé, SP	100%	100%
Guaimbé V Parque Solar Ltda. ("Guaimbé V")	Geração solar	Complexo Guaimbé	Guaimbé, SP	100%	100%
Ventus Holding de Energia Eólica Ltda. (Ventus Holding)	Holding	Complexo Ventus	São Paulo, SP	100%	100%
AGV Solar IV Geradora de Energia S.A. (AGV IV)	Geração solar	Complexo Ouroeste	Ouroeste, SP	100%	100%
AGV Solar V Geradora de Energia S.A. (AGV V)	Geração solar	Complexo Ouroeste	Ouroeste, SP	100%	100%
AGV Solar VI Geradora de Energia S.A. (AGV VI)	Geração solar	Complexo Ouroeste	Ouroeste, SP	100%	100%
<b>Controladas indiretas:</b>					
Tietê Eólica S.A. ("Tietê Eólica")	Holding	Complexo Alto Sertão II	São Paulo, SP	100%	100%
Centrais Eólicas da Prata S.A. ("Da Prata")	Geração eólica	Complexo Alto Sertão II	Igaporã, BA	100%	100%
Centrais Eólicas dos Amacás S.A. ("Amacás")	Geração eólica	Complexo Alto Sertão II	Caetitê, BA	100%	100%
Centrais Eólicas Morrão S.A. ("Morrão")	Geração eólica	Complexo Alto Sertão II	Caetitê, BA	100%	100%
Centrais Eólicas Seralma S.A. ("Seralma")	Geração eólica	Complexo Alto Sertão II	Guanambi, BA	100%	100%
Centrais Eólicas Tanque S.A. ("Tanque")	Geração eólica	Complexo Alto Sertão II	Caetitê, BA	100%	100%
Centrais Eólicas Ventos do Nordeste S.A. ("Ventos do Nordeste")	Geração eólica	Complexo Alto Sertão II	Caetitê, BA	100%	100%
Centrais Eólicas Ametista S.A. ("Ametista")	Geração eólica	Complexo Alto Sertão II	Guanambi, BA	100%	100%
Centrais Eólicas Borgo S.A. ("Borgo")	Geração eólica	Complexo Alto Sertão II	Pindaí, BA	100%	100%
Centrais Eólicas Caetitê S.A. ("Caetitê")	Geração eólica	Complexo Alto Sertão II	Pindaí, BA	100%	100%
Centrais Eólicas Dourados S.A. ("Dourados")	Geração eólica	Complexo Alto Sertão II	Guanambi, BA	100%	100%
Centrais Eólicas Espigão S.A. ("Espigão")	Geração eólica	Complexo Alto Sertão II	Pindaí, BA	100%	100%
Centrais Eólicas Maron S.A. ("Maron")	Geração eólica	Complexo Alto Sertão II	Caetitê, BA	100%	100%
Centrais Eólicas Pelourinho S.A. ("Pelourinho")	Geração eólica	Complexo Alto Sertão II	Pindaí, BA	100%	100%
Centrais Eólicas Piões S.A. ("Piões")	Geração eólica	Complexo Alto Sertão II	Caetitê, BA	100%	100%
Centrais Eólicas Serra do Espinhaço S.A. ("Serra do Espinhaço")	Geração eólica	Complexo Alto Sertão II	Pindaí, BA	100%	100%
Brasventos Eolo Geradora de Energia S.A. (Brasventos)	Geração eólica	Complexo Ventus	Galinhos, RN	100%	100%
Rei dos Ventos 3 Geradora de Energia S.A. (Rei dos Ventos)	Geração eólica	Complexo Ventus	Galinhos, RN	100%	100%
Brasventos Massaba 3 Geradora de Energia S.A. (Massaba)	Geração eólica	Complexo Ventus	Macau, RN	100%	100%

### 1.4 Combinação de Negócios com a Auren Energia S.A

Em 15 de maio de 2024, a antiga controladora indireta AES Brasil Energia S.A. ("AES Brasil") comunicou ao mercado a celebração, após aprovação pelo seu Conselho de Administração, juntamente com a AES Holdings Brasil Ltda., a AES Holdings Brasil II Ltda., a Auren Energia S.A. ("Auren") e a ARN Holding Energia S.A., o Acordo de Combinação de Negócios e Outras Avenças ("Transação") por meio do qual, entre outras matérias, regularam a combinação de negócios entre a AES Brasil e a Auren, realizada por meio de reorganização societária que, ao final, resultou na conversão da AES Brasil em subsidiária integral da Auren e a unificação das bases acionárias das duas Companhias.

A Transação foi concluída em 31 de outubro de 2024, após o cumprimento de todas as condições precedentes.

## 2 BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Em 8 de abril de 2025, a Diretoria da Companhia autorizou a conclusão das presentes demonstrações contábeis individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.



## **2.1 Declaração de conformidade**

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão preparadas de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs), além das normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards – IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*.

A Companhia considerou as orientações contidas na Orientação Técnica OCPC 07 na elaboração das suas demonstrações contábeis. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão evidenciadas nas notas explicativas e correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão.

## **2.2 Continuidade operacional**

Em 31 de dezembro de 2024, com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de fluxo de caixa suficiente para honrar seus compromissos de curto prazo e, assim dar continuidade a seus negócios no futuro. Apesar do risco de *constrained-off* mencionado na nota 15.2 (c.2), a administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas com base no pressuposto da continuidade.

## **2.3 Moeda funcional e de apresentação**

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

## **2.4 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas**

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Companhia faz o uso de julgamentos e estimativas, com base nas informações disponíveis, bem como adota premissas que impactam os valores das receitas, despesas, ativos e passivos. Quando necessário, os julgamentos e as estimativas estão suportados por pareceres elaborados por especialistas. As premissas adotadas pela Companhia são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios.

## **2.5 Pronunciamentos novos ou alterados que estão vigentes em 31 de dezembro de 2024**

A Companhia avaliou os novos pronunciamentos contábeis ou alterações realizadas aos pronunciamentos já existentes elencado(s) abaixo e, quando aplicável, os implementou conforme requerido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”). A aplicação de tais alterações quando aplicáveis, e que resultaram em alterações materiais para as políticas contábeis adotadas pela Companhia foram apresentadas nas respectivas notas explicativas.

Acordos de financiamento de fornecedores – Alterações ao IAS 7 e IFRS 7

As alterações à IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa) e à IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Divulgações) esclarecem as características dos acordos de financiamento de fornecedores e exigem divulgação adicional de tais acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações visam auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreenderem os efeitos dos acordos de financiamento de fornecedores sobre os passivos, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade.

## 2.6 Pronunciamentos novos ou alterados, mas ainda não vigentes em 31 de dezembro de 2024

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

Norma	Alteração
IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras	O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados.
IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações	Em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS.
Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial	A atualização do Pronunciamento Técnico CPC 18 contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis Individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas Demonstrações Contábeis Separadas.
Alterações ao CPC 02 (R2) – Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade	As alterações buscam definir o conceito de moeda conversível e orientam sobre os procedimentos para moedas não conversíveis, determinando que a conversibilidade deve ser avaliada na data de mensuração com base no propósito da transação.

## 2.7 Critérios de consolidação

As controladas diretas são consolidadas desde a data de aquisição, que corresponde à data na qual a Companhia obteve o controle, e serão consolidadas até a data que cessar tal controle.

Transações e saldos em transações entre a Controladora e controladas ou entre as controladas são eliminados.

O exercício social das controladas incluídas na consolidação coincide com o da Controladora, as políticas contábeis são aplicadas de forma uniforme àquelas utilizadas pelas suas controladoras e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior. As transações entre a Controladora e Companhias controladas são realizadas em condições estabelecidas entre as partes.

As demonstrações contábeis consolidadas contemplam as informações da Companhia e de suas controladas, todas sediadas no Brasil, cujas práticas contábeis estão consistentes com as adotadas pela Companhia.

## **2.8 Revisão de política contábil**

A Companhia, objetivando alinhamento com o Grupo Auren após a transação de combinação de negócios, procedeu a revisão da sua política contábil relativa à classificação de aplicações financeiras de curto prazo como equivalentes de caixa. A Companhia avaliou que o referido alinhamento resulta em informação mais relevante para os usuários das suas demonstrações contábeis, uma vez que a Companhia julga que a nova prática contábil é melhor que a anteriormente adotada, por ser mais aderente à prática adotada por outras companhias abertas.

As aplicações financeiras de curto prazo da Companhia vinham sendo classificadas de acordo com o prazo de vencimento, na data de sua aquisição. Dessa forma, apenas as aplicações com prazos de vencimento iguais ou menores que 90 dias eram classificadas como equivalentes de caixa, visto que esse é o indicado no IAS 7/CPC 03, e tal diretriz está alinhada com a política e estratégia de gerenciamento de caixa do acionista anterior. Aplicações financeiras com vencimento superior a 90 dias eram classificadas como investimentos de curto prazo. A Companhia analisou a movimentação dos seus investimentos de curto prazo e concluiu que as aplicações financeiras, representadas por CDBs e operações compromissadas, ainda que com prazo de contratação superior a 90 dias, podem ser resgatadas dentro de 90 dias, conforme seus compromissos de curtíssimo prazo, sem perda de valor em caso de resgate antecipado, ou seja, prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, atingindo assim a definição de equivalente de caixa. Adicionalmente, o Grupo Auren gerencia o seu caixa considerando tais aplicações financeiras como parte da disponibilidade imediata, diferente do acionista anterior.

Dessa forma, a Companhia voluntariamente reclassificou as para equivalentes de caixa as aplicações financeiras cujo prazo de vencimento é superior a 90 dias, porém não possuem risco de perda de valor caso o resgate ocorra em data anterior ao vencimento, e que anteriormente estavam classificadas como investimentos de curto prazo.

Em 1º de janeiro de 2023 foi reclassificado o valor de R\$22.686 na Controladora e R\$537.751 no Consolidado, e em 31 de dezembro de 2023 o valor de R\$4.460 na Controladora e R\$309.978 no Consolidado, da rubrica de “investimento de curto prazo” para “caixa e equivalentes de caixa”.

Adicionalmente, houve uma redução nas atividades operacionais de R\$18.273 na Controladora e R\$227.773 no Consolidado, conforme demonstrado a seguir:

01/01/2023	Controladora			Consolidado		
	Original	Reclassificação	Reapresentado	Original	Reclassificação	Reapresentado
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>						
Caixa e equivalentes de caixa	47	22.686	22.733	4.446	537.751	542.197
Investimentos de curto prazo	22.686	(22.686)	-	537.751	(537.751)	-
Contas a receber de clientes	-	-	-	61.987	-	61.987
Contas a receber partes relacionadas	-	-	-	536	-	536
Tributos e contribuições sociais compensáveis	60	-	60	12.787	-	12.787
Estoques	-	-	-	17.643	-	17.643
Conta de ressarcimento	-	-	-	17.494	-	17.494
Outros ativos	1.280	-	1.280	11.678	-	11.678
<b>TOTAL ATIVO CIRCULANTE</b>	<b>24.073</b>	<b>-</b>	<b>24.073</b>	<b>664.322</b>	<b>-</b>	<b>664.322</b>
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>						
Tributos e contribuições sociais diferidos	-	-	-	19.245	-	19.245
Conta de ressarcimento	-	-	-	2.491	-	2.491
Investimentos em controladas	2.887.035	-	2.887.035	-	-	-
Cauções e depósitos vinculados	-	-	-	35.235	-	35.235
Contas a receber partes relacionadas	-	-	-	141.972	-	141.972
Outros ativos	488	-	488	4.620	-	4.620
Imobilizado, líquido	-	-	-	2.515.437	-	2.515.437
Intangível, líquido	59	-	59	69.616	-	69.616
<b>TOTAL ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>2.887.582</b>	<b>-</b>	<b>2.887.582</b>	<b>2.788.616</b>	<b>-</b>	<b>2.788.616</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>2.911.655</b>	<b>-</b>	<b>2.911.655</b>	<b>3.452.938</b>	<b>-</b>	<b>3.452.938</b>

  

31/12/2023	Controladora			Consolidado		
	Original	Reclassificação	Reapresentado	Original	Reclassificação	Reapresentado
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>						
Caixa e equivalentes de caixa	39	4.460	4.499	51.031	309.978	361.009
Investimentos de curto prazo	4.460	(4.460)	-	309.978	(309.978)	-
Contas a receber de clientes	-	-	-	48.002	-	48.002
Contas a receber partes relacionadas	-	-	-	536	-	536
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	-	-	-	6.275	-	6.275
Tributos e contribuições sociais compensáveis	98	-	98	5.945	-	5.945
Dividendos a receber	15.425	-	15.425	-	-	-
Estoques	-	-	-	15.583	-	15.583
Conta de ressarcimento	-	-	-	9.567	-	9.567
Variação cambial fornecedores	-	-	-	5	-	5
Outros ativos	-	-	-	9.163	-	9.163
<b>TOTAL ATIVO CIRCULANTE</b>	<b>20.022</b>	<b>-</b>	<b>20.022</b>	<b>456.085</b>	<b>-</b>	<b>456.085</b>
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>						
Tributos e contribuições sociais diferidos	-	-	-	22.901	-	22.901
Conta de ressarcimento	-	-	-	2.684	-	2.684
Investimentos em controladas	2.426.365	-	2.426.365	-	-	-
Cauções e depósitos vinculados	-	-	-	28.996	-	28.996
Contas a receber partes relacionadas	-	-	-	-	-	-
Outros ativos	1.472	-	1.472	6.663	-	6.663
Imobilizado, líquido	-	-	-	2.424.284	-	2.424.284
Intangível, líquido	40	-	40	65.064	-	65.064
<b>TOTAL ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>2.427.877</b>	<b>-</b>	<b>2.427.877</b>	<b>2.550.592</b>	<b>-</b>	<b>2.550.592</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>2.447.899</b>	<b>-</b>	<b>2.447.899</b>	<b>3.006.677</b>	<b>-</b>	<b>3.006.677</b>

Em 31 de dezembro de 2023, no grupo “Ajustes para conciliar o lucro líquido do exercício com o caixa das atividades operacionais” foi reclassificado o valor de R\$7.736 na Controladora e R\$43.863 no Consolidado, da rubrica de “Receita aplicação financeira em investimento curto prazo” para “caixa e equivalentes de caixa”. Na mesma data, no grupo “Variação dos ativos e passivos operacionais” foi reclassificado o valor de R\$7.516 na Controladora e R\$55.061 no Consolidado, da rubrica de “Juros resgatados de investimentos de curto prazo” para “caixa e equivalentes de caixa” e R\$18.413 na Controladora e R\$218.430 no Consolidado, da rubrica de “(Aplicação) resgates em investimentos de curto prazo” para “caixa e equivalentes de caixa”, conforme demonstrado a seguir:

31/12/2023	Controladora			Consolidado		
	Original	Reclassificação	Reapresentação	Original	Reclassificação	Reapresentação
<b>Atividades operacionais:</b>						
Lucro líquido do exercício	267.026	-	267.026	267.026	-	267.026
<b>Ajustes para conciliar o lucro líquido do exercício com o caixa das atividades operacionais:</b>						
Depreciação e amortização	4.069	-	4.069	148.115	-	148.115
Atualização monetária	-	-	-	(4.349)	-	(4.349)
Juros sobre arrendamentos e alugueis	-	-	-	7.956	-	7.956
Receita aplicação financeira em investimento curto prazo	(7.736)	7.736	-	(43.863)	43.863	-
Variação cambial - fornecedores	-	-	-	(5)	-	(5)
Custo de empréstimos (encargos de dívidas)	-	-	-	8.781	-	8.781
Tributos diferidos	-	-	-	(1.449)	-	(1.449)
Resultado de equivalência patrimonial	(265.970)	-	(265.970)	-	-	-
	<b>(2.611)</b>	<b>7.736</b>	<b>5.125</b>	<b>382.212</b>	<b>43.863</b>	<b>426.075</b>
<b>Variação dos ativos e passivos operacionais:</b>						
	<b>(11.714)</b>	<b>(80)</b>	<b>(11.794)</b>	<b>274.912</b>	<b>1.855</b>	<b>276.767</b>
Pagamento de juros (encargos de dívidas)	-	-	-	(4.920)	-	(4.920)
Pagamento de juros sobre passivo de arrendamento	-	-	-	(7.956)	-	(7.956)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(3.546)	-	(3.546)	(45.108)	-	(45.108)
Juros resgatados de investimentos de curto prazo	7.516	(7.516)	-	55.061	(55.061)	-
(Aplicação) resgates em investimentos de curto prazo	18.413	(18.413)	-	218.430	(218.430)	-
<b>Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais</b>	<b>8.058</b>	<b>(18.273)</b>	<b>(10.215)</b>	<b>872.631</b>	<b>(227.773)</b>	<b>644.858</b>
<b>Atividades de investimentos:</b>						
Dividendos recebidos	166.310	-	166.310	-	-	-
Aquisições de ativo imobilizado e intangível	-	-	-	(74.059)	-	(74.059)
Redução de capital em controladas	556.787	-	556.787	-	-	-
<b>Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de investimentos</b>	<b>723.097</b>	<b>-</b>	<b>723.097</b>	<b>(74.059)</b>	<b>-</b>	<b>(74.059)</b>
<b>Atividades de financiamentos:</b>						
Dividendos pagos	(290.256)	-	(290.256)	(290.256)	-	(290.256)
Pagamento de debênture (principal)	-	-	-	(28.006)	-	(28.006)
Pagamento de passivo de arrendamento (principal)	-	-	-	(3.401)	-	(3.401)
Aumento / redução de capital	(440.907)	-	(440.907)	(440.907)	-	(440.907)
(Aplicações) resgates de cauções e depósitos vinculados	-	-	-	10.583	-	10.583
<b>Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de financiamentos</b>	<b>(731.163)</b>	<b>-</b>	<b>(731.163)</b>	<b>(751.987)</b>	<b>-</b>	<b>(751.987)</b>
<b>(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa</b>						
	<b>(8)</b>	<b>(18.273)</b>	<b>(18.281)</b>	<b>46.585</b>	<b>(227.773)</b>	<b>(181.188)</b>
No início do exercício	47	22.733	22.780	4.446	337.751	542.197
<b>Saldo final de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>39</b>	<b>4.460</b>	<b>4.499</b>	<b>51.031</b>	<b>309.978</b>	<b>361.009</b>

### 3 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

O caixa e equivalentes de caixa (numerário disponível) estão classificados como custo amortizado, reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, pelos juros calculados com base no método de taxa de juros efetiva. Os CDBs e Quotas de fundos de investimento são reconhecidos pelo valor justo por meio do resultado.

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2024	31/12/2023	01/01/2023	31/12/2024	31/12/2023	01/01/2023
		(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>						
Numerário disponível	77	39	47	17.925	42.172	4.446
Certificados de Depósitos Bancários ("CDBs") e Operação compromissada	4.648	4.460	22.686	107.127	318.837	537.751
Quotas de fundos de Investimentos (a)	1.715	-	-	479.405	-	-
<b>Total</b>	<b>6.440</b>	<b>4.499</b>	<b>22.733</b>	<b>604.457</b>	<b>361.009</b>	<b>542.197</b>

- (a) As quotas de fundo de investimento pertencem ao fundo exclusivo da Votorantim. As operações são compostas substancialmente por compromissadas.

Os Certificados de Depósitos Bancários, Operações Compromissadas e Quotas de fundo de investimento em 31 de dezembro de 2024, possuem liquidez diária e rentabilidade média de 98,53% do Certificado de Depósito Bancário – CDI (101,10% em 31 de dezembro de 2023).

## 4 CONTA DE RESSARCIMENTO

---

Os Contratos de Energia de Reserva celebrados entre as controladas que operam contratos do LER 2009, LER 2010 e a CCEE, assim como os contratos de Energia Nova entre o LEN 2011 (A-3) e as distribuidoras, estabelecem que sejam apuradas em cada ano contratual as diferenças entre a energia gerada das usinas e a energia contratada. Se a contraprestação em um contrato incluir um valor variável, a Companhia reflete o valor da contraprestação a que terá direito em troca da transferência de bens ou serviços para o cliente. A contraprestação variável reflete o valor justo mais provável do ressarcimento, na qual não são esperados pela Companhia reversões significativas.

Os contratos estabelecem limites para os desvios positivos ou negativos com aplicação de bônus ou penalidades, conforme as regras descritas abaixo:

Os ressarcimentos por desvios negativos de geração (abaixo da faixa de tolerância – 10%) serão pagos em 12 parcelas mensais uniformes ao longo do ano contratual seguinte, valorados a 115% do preço de venda vigente, para os parques do LER 2009 e LER 2010 e o maior valor entre o PLD médio do ano e a receita fixa unitária para os parques do LEN 2011. Os ressarcimentos que estiverem na faixa de tolerância de 10% de geração serão ressarcidos em 12 parcelas após possíveis compensações com desvios positivos iniciados após o final do primeiro quadriênio contado a partir do início de suprimento do contrato, valorado ao preço contratual vigente, para os parques do LER 2009 e LER 2010 e ao maior valor entre o PLD médio do quadriênio e a receita fixa unitária para os parques do LEN 2011.

Os ressarcimentos dos parques eólicos do LER 2009 e LER 2010 e LEN 2011 por desvios positivos de geração (acima da faixa de tolerância de 30% para o LER 2010 e para os parques do LEN 2011 30%, 20%, 10% e 0% nos anos 1, 2, 3 e 4 de cada quadriênio, respectivamente) serão recebidos em 12 parcelas mensais uniformes ao longo do ano contratual seguinte para o caso do LER 2010, e mensalmente a partir do momento que a geração exceder a faixa de tolerância para os parques do LEN 2011. Os Parques do LER 2010 são valorados a 70% do preço de venda vigente e os parques do LEN 2011 são valorados pelo PLD mensal, conforme expresso nos referidos contratos. Os ressarcimentos que estiverem na faixa de tolerância de 30% de geração serão recebidos em 24 parcelas após possíveis compensações com desvios negativos iniciando após o final do primeiro quadriênio contado a partir do início de suprimento do contrato, valorado ao preço contratual vigente para os parques do LER 2009 e LER 2010. O primeiro quadriênio do LER 2010 se encerrou em agosto de 2017 e do LEN 2011 em dezembro de 2019 e o segundo do LER 2009 se encerrou em junho de 2021.

Para os parques do Complexo Solar Guaimbê (LER 2014) e Complexo Solar AGV (LEN 2017), os ressarcimentos por desvios negativos (abaixo da faixa de tolerância – 10%) de geração serão ressarcidos em 12 parcelas mensais uniformes ao longo do ano contratual seguinte, valorado a 115% do preço de venda vigente. Os ressarcimentos por desvios negativos que estiverem na faixa de tolerância de 10% de geração serão ressarcidos em 12 parcelas mensais uniformes, após possíveis compensações com parques superavitários, valorado a 106% do preço contratual vigente. A receita variável por desvios positivos (acima da faixa de tolerância de 15%) de geração serão recebidos em 12 parcelas mensais uniformes ao longo do ano contratual seguinte, valorado a 30% do preço contratual vigente. A receita variável que estiver na faixa de tolerância de 15% de geração será recebida em 12 parcelas, após possíveis compensações com parques deficitários, valorado ao preço contratual vigente.

A receita dos Parques Eólicos e Solares é reconhecida conforme a entrega da energia. Dessa forma, o valor da contraprestação reflete o valor justo a receber quando a energia é efetivamente entregue ao cliente. Os ativos e passivos do ressarcimento representam os desvios positivos e negativos, respectivamente, que serão liquidados de acordo com as regras mencionadas acima.

**A movimentação dos saldos de ressarcimentos é como segue:**

	Consolidado	
	Ativo	Passivo
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>19.985</b>	<b>(307.603)</b>
Adição / Reversão	175	(104.867)
Reclassificação	-	(1.216)
Amortização	(6.001)	62.641
Atualização monetária	-	(7.089)
Ressarcimento contratual (i)	(1.908)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>12.251</b>	<b>(358.134)</b>
Adição / Reversão	(24)	(177.296)
Amortização	-	78.524
Atualização monetária	-	(3.447)
Ressarcimento contratual (i)	(9.031)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>3.196</b>	<b>(460.353)</b>
<b>Circulante</b>	<b>3.196</b>	<b>(392.670)</b>
<b>Não circulante</b>	<b>-</b>	<b>(67.683)</b>

- (i) Refere-se à geração eólica abaixo da contratada no período, principalmente em função da baixa velocidade do vento e pelo *curtailment*, uma restrição involuntária de geração das usinas requisitada pelo ONS, que impactou a geração dos parques.

Cronograma de processamento dos ressarcimentos para usinas eólicas e solares

Os eventos de Constrained-off ("c-off") de usinas eólicas assim como de outras fontes de energia são decorrentes dos comandos do Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS para redução de geração devido às limitações de escoamento dessa geração na rede de transmissão ou ainda devido à redução de carga observada no Sistema Interligado Nacional – SIN.

Nessas situações, o gerador encontra-se impedido de atender seus contratos ou outros compromissos por meio da geração de suas próprias unidades geradoras. Essa frustração da geração caracteriza o custo de oportunidade atrelado ao c-off de usinas.

A Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), publicou em 23 de março de 2023 a Resolução Normativa nº 927 de 2021, e, em 29 de abril de 2022, o Despacho 1.151/2022, que em conjunto regulamentaram a metodologia para cálculo de energia não fornecida decorrente de c-off de usinas eólicas, condição necessária para a cobrança dos ressarcimentos referentes ao denominado período “provisório” do c-off eólico, relacionado aos eventos de restrição de geração ocorridos antes de outubro de 2021. Em 23 de dezembro de 2022, a CCEE publicou o comunicado nº 970/22, com a divulgação do cronograma de reapurações dos ressarcimentos, que perduraram de junho de 2023 a junho de 2024, e que contemplou apenas os eventos ocorridos entre os meses de janeiro de 2018 a setembro de 2021, referentes ao já citado período “provisório” do c-off.

Assim, os pagamentos dos referidos ressarcimentos foram suspensos no mês de julho de 2024 pela falta de regras de comercialização para apuração dos ressarcimentos referentes aos ressarcimentos do período “definitivo” do c-off eólico, relacionados aos eventos de restrição de geração ocorridos a partir de outubro de 2021.

Em 24 de dezembro de 2024 a ANEEL publicou a Resolução Normativa 1.109 de 2024, resultado da Consulta Pública 22/2022, estabelecendo as regras de comercialização para apuração dos ressarcimentos referentes ao período citado no parágrafo acima. Assim, a expectativa é que a CCEE divulgue um cronograma de reapurações dos ressarcimentos referentes ao período de outubro de 2021 em diante.

## 5 INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS

A Companhia detém investimentos em empresas controladas diretas e indiretamente em coligadas. Esses investimentos são avaliados com base no método de equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis da controladora e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades.

Na controladora os intangíveis decorrentes de combinação de negócios e da aquisição de ativos são incluídos no valor contábil do investimento, inicialmente mensurado pelo seu valor justo e amortizado com base no prazo remanescente de autorização ou do contrato. Já na demonstração consolidada, esses valores são apresentados na rubrica de intangível.

A composição dos investimentos no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 é como segue:

Composição do investimento	Controladora	
	2024	2023
<b>Participação societária permanentes:</b>		
Avaliadas pelo método de equivalência patrimonial	2.480.532	2.362.669
Direitos contratuais decorrentes de aquisição de ativos	52.107	55.859
Direitos de exploração de autorização decorrente de aquisição de ativos	7.541	7.837
<b>Total</b>	<b>2.540.180</b>	<b>2.426.365</b>

A movimentação dos investimentos no período findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é como segue:

Descrição	Saldo em 31 de dezembro de 2023	Amortização do intangível e da mais valia gerado na aquisição de ativos	Equivalência Patrimonial	Dividendos	Outros Resultados Abrangentes	Saldo em 31 de dezembro de 2024
Guaimbê I Parque Solar S.A. ("Guaimbê I")	145.133	(810)	7.052	(5.191)	-	146.184
Guaimbê II Parque Solar S.A. ("Guaimbê II")	111.374	(810)	9.854	(4.766)	-	115.652
Guaimbê III Parque Solar S.A. ("Guaimbê III")	95.027	(810)	12.631	(4.866)	-	101.982
Guaimbê IV Parque Solar S.A. ("Guaimbê IV")	109.459	(810)	12.373	(5.037)	-	115.985
Guaimbê V Parque Solar S.A. ("Guaimbê V")	112.182	(810)	12.130	(5.010)	-	118.492
Nova Energia Holding S.A.	1.074.401	-	95.591	(908)	-	1.169.084
Ventus Holding de Energia Eólica Ltda	515.377	-	9.048	(23.540)	-	500.885
AGV Solar IV Geradora de Energia S.A	70.396	-	91	(2)	83	70.568
AGV Solar V Geradora de Energia S.A	96.176	-	3.818	(73)	111	100.032
AGV Solar VI Geradora de Energia S.A	96.840	-	4.374	(83)	185	101.316
<b>Total</b>	<b>2.426.365</b>	<b>(4.050)</b>	<b>166.962</b>	<b>(49.476)</b>	<b>379</b>	<b>2.540.180</b>

Descrição	Saldo em 31 de dezembro de 2022	Redução de capital	Amortização do intangível e da mais valia gerado na aquisição de ativos	Equivalência Patrimonial	Dividendos	Outros Resultados Abrangentes	Saldo em 31 de dezembro de 2023
Guaimbê I Parque Solar S.A. ("Guaimbê I")	153.737	(9.975)	(784)	8.771	(6.616)	-	145.133
Guaimbê II Parque Solar S.A. ("Guaimbê II")	120.295	(10.383)	(784)	12.111	(9.865)	-	111.374
Guaimbê III Parque Solar S.A. ("Guaimbê III")	105.025	(11.255)	(784)	13.346	(11.305)	-	95.027
Guaimbê IV Parque Solar S.A. ("Guaimbê IV")	118.074	(9.548)	(785)	12.150	(10.432)	-	109.459
Guaimbê V Parque Solar S.A. ("Guaimbê V")	121.001	(9.982)	(785)	12.479	(10.531)	-	112.182
Nova Energia Holding S.A.	1.304.348	(255.211)	-	141.525	(116.261)	-	1.074.401
Ventus Holding de Energia Eólica Ltda	550.564	(87.615)	-	53.498	(1.070)	-	515.377
AGV Solar IV Geradora de Energia S.A	102.119	(32.467)	-	674	(13)	83	70.396
AGV Solar V Geradora de Energia S.A	154.728	(64.428)	-	5.877	(112)	111	96.176
AGV Solar VI Geradora de Energia S.A	157.144	(65.923)	-	5.539	(105)	185	96.840
<b>Total</b>	<b>2.887.035</b>	<b>(556.787)</b>	<b>(3.922)</b>	<b>265.970</b>	<b>(166.310)</b>	<b>379</b>	<b>2.426.365</b>

As principais informações sobre as controladas estão apresentadas abaixo:

Controladas	Quantidade de quotas/ações do capital social	Percentual de participação	Valor do Ativo	Valor do Passivo	Valor do Capital Social	Valor do Patrimônio Líquido	Lucro líquido do exercício
Guaimbé I Parque Solar Ltda ("Guaimbé I")	12.797.373.332	100%	140.228	6.008	127.974	134.220	7.052
Guaimbé II Parque Solar Ltda ("Guaimbé II")	9.250.793.024	100%	110.012	6.360	92.508	103.652	9.854
Guaimbé III Parque Solar Ltda ("Guaimbé III")	7.583.083.500	100%	95.970	5.701	75.831	90.269	12.631
Guaimbé IV Parque Solar Ltda ("Guaimbé IV")	9.058.255.763	100%	109.582	5.589	90.583	103.993	12.373
Guaimbé V Parque Solar Ltda ("Guaimbé V")	9.315.386.609	100%	112.011	5.498	93.154	106.513	12.130
Nova Energia Holding S.A.	1.451.816.905	100%	1.170.495	1.411	1.003.392	1.169.084	95.591
Ventus Holding de Energia Eólica Ltda	520.257.670	100%	501.108	222	432.763	500.886	9.048
AGV Solar IV Geradora de Energia S.A	103.184.178	100%	76.425	5.908	70.717	70.517	91
AGV Solar V Geradora de Energia S.A	152.186.414	100%	108.653	8.602	87.758	100.051	3.818
AGV Solar VI Geradora de Energia S.A	154.587.527	100%	109.726	8.379	88.664	101.347	4.374
<b>Total</b>			<b>2.534.210</b>	<b>53.678</b>	<b>2.163.344</b>	<b>2.480.532</b>	<b>166.962</b>

## 6 IMOBILIZADO

A Companhia e suas controladas utilizam os critérios definidos pelo Órgão Regulador (ANEEL), para determinação da vida útil estimada dos bens do ativo imobilizado, sendo que, no julgamento da Administração, tais vidas úteis refletem, significativamente, a vida útil econômica dos ativos.

Os bens do ativo imobilizado foram inicialmente mensurados a custo na data de aquisição, e são deduzidos das respectivas depreciações nas mensurações subsequentes.

A depreciação é calculada pelo método linear com base nas taxas determinadas pela ANEEL, que na avaliação da administração, representam a vida útil dos bens, limitando-se ao período de autorização.

Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, essas partes são reconhecidas como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma manutenção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração de resultado, quando incorridos.

Um item do ativo imobilizado é baixado quando é vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado pelo seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido em "Outras receitas e despesas operacionais" na demonstração do resultado.

A provisão para desmantelamento de ativos refere-se aos custos e despesas a serem incorridos, assim como a obrigação que a Companhia deverá liquidar, no futuro, para retirada de serviço dos seus ativos de longo prazo do Complexo eólico. A mensuração inicial é reconhecida como um passivo descontado a valor presente e, posteriormente, através do acréscimo de despesas financeiras ao longo do tempo. O custo de desativação de ativos equivalente ao passivo inicial é capitalizado como parte do valor contábil do ativo sendo depreciado durante o período de vida útil do ativo.

a) **A composição do ativo imobilizado é a seguinte:**

	Consolidado				
	2024			2023	
	Taxas médias anuais de depreciação (%)	Custo	Depreciação acumulada	Saldos líquidos	
Terrenos	-	-	-	-	2.503
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,37%	244.595	(93.331)	151.264	160.497
Máquinas e equipamentos	4,11%	3.030.730	(1.053.742)	1.976.988	2.100.920
Móveis e utensílios e outros	6,50%	2.409	(1.295)	1.114	314
Veículos	14,16%	4.083	(1.438)	2.645	2.386
<b>Imobilizado em serviço</b>		<b>3.281.817</b>	<b>(1.149.806)</b>	<b>2.132.011</b>	<b>2.266.620</b>
Imobilizado em curso (i)		148.913	-	148.913	89.679
Direito de uso do terreno arrendado (ii)	De 2,86% a 11,11%	71.903	(15.143)	56.760	67.985
<b>Total</b>		<b>3.502.633</b>	<b>(1.164.949)</b>	<b>2.337.684</b>	<b>2.424.284</b>

- (i) O saldo de imobilizado em curso é composto, principalmente, pela modernização do parque edício em algumas de suas unidades geradoras. Esses ativos serão classificados como imobilizado em serviço assim que entrarem em operação.
- (ii) A Companhia e suas controladas reconhecem ativos de direito de uso na data de início do arrendamento. Esses ativos são mensurados ao custo, deduzidos de depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável e ajustados por qualquer remensuração do passivo de arrendamento. São depreciados linearmente pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos, o que for menor. A Companhia e suas controladas reconheceram ativo de direito de uso de terrenos arrendados, com vida útil definida estimada entre 9 e 35 anos, depreciados à uma taxa que varia entre 2,86% à 11,11%. Para determinação da vida útil foi considerado o prazo do contrato ou o período de concessão/autorização, dos dois o menor.

b) **Movimentação do ativo imobilizado**

A movimentação do ativo imobilizado nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é como segue:

	Consolidado					
	Saldo em 31 de dezembro de 2023	Adições	Remensuração (ii)	Baixas	Transferências e reclassificações (i)	Saldo em 31 de dezembro de 2024
Terrenos	2.503	-	-	-	(2.503)	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	247.646	-	-	-	(3.051)	244.595
Máquinas e equipamentos	3.023.588	-	-	(3.430)	10.572	3.030.730
Móveis e utensílios e outros	345	-	-	-	2.064	2.409
Veículos	3.312	-	-	-	771	4.083
Imobilizado em curso	89.679	81.321	-	-	(22.087)	148.913
Direito de uso de terreno arrendado	81.944	-	(10.041)	-	-	71.903
<b>Subtotal</b>	<b>3.449.017</b>	<b>81.321</b>	<b>(10.041)</b>	<b>(3.430)</b>	<b>(14.234)</b>	<b>3.502.633</b>
Depreciação/Amortização	(1.024.733)	(144.640)	-	3.465	959	(1.164.949)
<b>Total líquido</b>	<b>2.424.284</b>	<b>(63.319)</b>	<b>(10.041)</b>	<b>35</b>	<b>(13.275)</b>	<b>2.337.684</b>

	Consolidado				
	Saldo em 31 de dezembro de 2022	Adições	Remensuração	Transferências e reclassificações (i)	Saldo em 31 de dezembro de 2023
Terreno	2.503	-	-	-	2.503
Edificações, obras civis e benfeitorias	247.465	-	-	181	247.646
Máquinas e equipamentos	3.043.742	-	(22.130)	1.976	3.023.588
Móveis e utensílios e outros	327	-	-	18	345
Veículos	2.733	-	-	579	3.312
Imobilizado em curso	20.118	63.882	-	5.679	89.679
Direito de uso do terreno arrendado	86.273	5.705	(10.034)	-	81.944
<b>Subtotal</b>	<b>3.403.161</b>	<b>69.587</b>	<b>(32.164)</b>	<b>8.433</b>	<b>3.449.017</b>
Depreciação/Amortização	(887.724)	(142.764)	4.438	1.317	(1.024.733)
<b>Total</b>	<b>2.515.437</b>	<b>(73.177)</b>	<b>(27.726)</b>	<b>9.750</b>	<b>2.424.284</b>

- (i) Refere-se às reclassificações do imobilizado para o estoque.

- (ii) O passivo de arrendamento é remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, extensão ou rescisão ou se há pagamento de arrendamento fixo em essência. Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso.

A Companhia objetivando alinhamento com as premissas do grupo Auren, procedeu a revisão do reconhecimento contábil dos contratos de arrendamento, concluindo pela remensuração da estimativa contábil daquelas que possuem contraprestação variável. Sendo assim, para os contratos com cláusulas de pagamento que exijam contraprestação variável de acordo com o faturamento, deverão ser reconhecidos diretamente no resultado do exercício.

A Companhia e suas controladas revisam, no mínimo, anualmente, a existência de eventos ou mudanças que possam indicar deterioração no valor recuperável dos ativos não circulantes ou de longa duração. O valor recuperável é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia e suas controladas não identificaram indicativos de perda do valor recuperável de seu ativo imobilizado.

## 7 DEBÊNTURES

### 7.1 Os saldos de debêntures, não conversíveis, estão compostos da seguinte forma:

		Consolidado						Total circulante + não circulante
		2024						
Vencimento	Taxa Efetiva	Circulante			Total			
		Principal	Encargos	Custos a amortizar				
<b>Debênture</b>								
Debênture - 1ª Emissão (1ª série)	2025	IPCA + 7,61% aa	9.411	27	(310)	9.128	9.128	
Debênture - 1ª Emissão (2ª Série)	2025	IPCA + 7,87% aa	13.463	41	(285)	13.219	13.219	
<b>Total da dívida</b>			<b>22.874</b>	<b>68</b>	<b>(595)</b>	<b>22.347</b>	<b>22.347</b>	

		Consolidado								
		2023								
Vencimento	Taxa Efetiva	Circulante				Não Circulante			Total circulante + não circulante	
		Principal	Encargos	Custos a amortizar	Total	Principal	Custos a amortizar	Total		
<b>Debênture</b>										
Debênture - 1ª Emissão (1ª série)	2025	IPCA + 7,61% aa	7.689	44	(254)	7.479	8.971	(254)	8.717	16.196
Debênture - 1ª Emissão (2ª Série)	2025	IPCA + 7,87% aa	17.966	84	(242)	17.808	12.833	(242)	12.591	30.399
<b>Total da dívida</b>			<b>25.655</b>	<b>128</b>	<b>(496)</b>	<b>25.287</b>	<b>21.804</b>	<b>(496)</b>	<b>21.308</b>	<b>46.595</b>

## 7.2 Movimentação das debêntures é como segue:

	<b>Consolidado</b>
	<b>Debêntures</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>70.740</b>
Encargos financeiros	5.099
Variação monetária	3.188
Pagamento de principal	(28.006)
Pagamento de encargos financeiros	(4.920)
Amortização custos de transação	494
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>46.595</b>
Encargos financeiros	3.174
Variação monetária	1.997
Pagamento de principal	(25.595)
Pagamento de encargos financeiros	(4.220)
Diferimento custos de transação	(108)
Amortização custos de transação	504
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>22.347</b>

## 7.3 Características do contrato de debêntures estão descrito a seguir:

Companhia	Descrição	Valor Ingresso	Data Emissão	Taxa Contratual	Pagamento de Juros	Sistema de amortização do Principal	Montante	Vencimento	Finalidade
AES Tietê Eólica	1ª Emissão Debêntures de Infraestrutura	146.000	15 de dezembro de 2014	IPCA + 7,61% aa (1ª série) IPCA + 7,87% aa (2ª série)	Semestral	Semestral	9.128	Dezembro de 2025	Financiamento dos parques de Alto Sertão II
					Semestral	Semestral	13.219		

## 7.4 Compromissos financeiros – “Covenants”

Como forma de monitoramento da situação financeira da controlada, seus credores, utilizam-se dos *covenants* financeiros, descritos nos contratos de debêntures, sendo o ICSD  $\geq 1,3x$ , onde o Índice de cobertura do serviço da dívida ("ICSD") é calculado a partir da divisão da geração de caixa pelo serviço da dívida calculado ao final de cada exercício social. A Administração da Companhia faz o acompanhamento de todas as obrigações contratuais.

## 8 PASSIVO DE ARRENDAMENTO

A movimentação do passivo arrendado é como segue:

	<b>Consolidado</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>82.265</b>
Remensuração (i)	(2.077)
Encargos financeiros	7.956
Pagamento de encargos financeiros	(7.956)
Pagamento de principal	(3.401)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>76.787</b>
Remensuração (i)	(8.321)
Encargos financeiros	8.027
Pagamento de encargos financeiros	(6.825)
Pagamento de principal	(3.148)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>66.520</b>

- (i) O passivo de arrendamento é remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultantes de alteração do índice ou taxa, extensão ou rescisão. Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso.

A Companhia objetivando alinhamento com as premissas do grupo Auren, procedeu a revisão do reconhecimento contábil dos contratos de arrendamento, concluindo pela remensuração da estimativa contábil daquelas que possuem contraprestação variável. Sendo assim, para os contratos com cláusulas de pagamento que exijam contraprestação variável de acordo com o faturamento, deverão ser reconhecidos diretamente no resultado do exercício.

Os vencimentos futuros do passivo de arrendamento são como segue:

Fluxo futuro	
<b><u>CIRCULANTE</u></b>	
2025	1.289
<b>Subtotal</b>	<b>1.289</b>
<b><u>NÃO CIRCULANTE</u></b>	
2026	1.433
2027	1.593
2028	1.645
2029	1.802
2030	2.004
após 2030	56.754
<b>Subtotal</b>	<b>65.231</b>
<b>Total</b>	<b>66.520</b>

## 9 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### Capital Social

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$1.847.077, representado por 1.867.705.316 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal; e 570.803.110 ações preferenciais, escriturais e sem valor nominal.

	Participação	
	2024	2023
<b><u>Acionistas</u></b>		
Auren Operações S.A.	76,59%	76,59%
Itaú Unibanco S.A.	23,41%	23,41%
<b>Total das ações</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>

### Reserva de lucros

**a) Reserva Legal**

A Companhia constitui reserva de lucros apropriando a destinação de reserva legal de 5% do lucro do exercício, sendo o total da reserva, limitado à 20% do capital social da Companhia, de acordo com os dispositivos e limites estabelecidos em lei.

**b) Reserva de Investimento**

Para atender ao projeto de investimento, a Companhia poderá reter parte dos lucros do exercício, conforme disciplinados pelo art. 196 da Lei nº 6.404/76. Essa retenção deverá estar justificada com o orçamento de capital, a ser proposta pela Administração e aprovado pela Assembleia Geral. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia constituiu R\$18.024 a título de reserva de investimentos.

**Destinação do resultado**

O estatuto social da Companhia estabelece a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios correspondentes a 1% do lucro líquido ajustado na forma prevista no artigo 202 da Lei 6.404/76. Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários e/ou intercalares.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia distribuiu o montante de R\$145.258 a título de dividendos intermediários, e R\$49.489 a título de dividendos adicionais propostos, sendo o montante R\$62.862 pago no exercício.

De acordo com o estatuto social, a Companhia poderá preparar balanços periódicos a qualquer momento, a fim de determinar os resultados e distribuir lucros em períodos menores.

**Participação de acionistas não controladores**

A Companhia possui um acordo de investimento firmado com o Itaú Unibanco S.A., por meio da subscrição de novas ações preferenciais.

Esta classe de ação preferencial possui direito a 75% do Lucro Líquido da Companhia, distribuído via dividendos, sendo que o percentual econômico utilizado para fins de equivalência patrimonial da investida pela Controladora é de 25%.

Assim sendo, há distinção entre a participação societária e a participação na distribuição do resultado devido a existência de classe de ações com direito preferencial de dividendos detidas pelo acionista não controlador. De acordo com o Acordo de Acionistas, qualquer pagamento de dividendos aos acionistas são discricionários e somente ocorrem quando há deliberação em AGO/AGE.

## 10 RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

---

A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e (v) o cumprimento das obrigações de desempenho do contrato. Uma receita não é reconhecida se houver uma incerteza significativa sobre a sua realização.

As receitas da Companhia e suas controladas são mensuradas conforme as obrigações de desempenho identificadas nos contratos com os clientes, sendo os principais critérios de reconhecimento e mensuração, por segmento, apresentados a seguir:

### **(a) Receita de suprimento de energia elétrica**

A receita de venda de energia elétrica é reconhecida no resultado de acordo com as regras do mercado de energia elétrica, as quais estabelecem a transferência de controle sobre a quantidade contratada de energia para o comprador. A apuração do volume de energia entregue para o comprador ocorre em bases mensais, conforme as bases contratadas. A receita de suprimentos de energia elétrica inclui também as transações no mercado de curto prazo.

### **(b) Venda de Energia na Câmara de Comercialização de Energia – CCEE**

As controladas da Companhia reconhecem a receita pelo valor justo da contraprestação a receber quando haja um excedente de geração, após transferências no Mecanismo de Realocação de energia (MRE), liquidada no mercado spot (“mercado de curto prazo”) ao valor do preço de liquidação das diferenças (PLD) e comercializado no âmbito da CCEE, nos termos da Convenção de comercialização de Energia Elétrica.

### **(c) Leilão de Energia de Reserva (LER) e Leilão de Energia Nova (LEN)**

A receita dos parques eólicos e solares da Companhia é reconhecida conforme a entrega da energia. Dessa forma, o valor da contraprestação reflete o valor justo a receber quando a energia é efetivamente entregue ao cliente.

Os contratos de Energia de Reserva e Energia Nova estabelecem que sejam apuradas em cada ano contratual as diferenças entre a energia gerada pelas usinas e a energia contratada com base na quantidade de energia (MWh) e o preço contratual. Os contratos estabelecem limites para os desvios positivos ou negativos com aplicação de bônus ou penalidades, que devem compor a contraprestação.

	Consolidado	
	2024	2023
Contratos de energia eólicos e solares	577.245	608.534
Ressarcimento	(71.021)	(56.316)
Mercado de curto prazo	18.855	12.267
Outras receitas - Partes relacionadas (i)	1.738	28.166
Reembolso de seguros (ii)	-	31.130
<b>Receita operacional bruta</b>	<b>526.817</b>	<b>623.781</b>
(-) Pis e Cofins	(17.851)	(22.783)
(-) ICMS	(4.540)	(4.543)
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>504.426</b>	<b>596.455</b>

- (i) Refere-se a indenização por não atendimento da garantia de disponibilidade operacional dos ativos operacionais dos Complexos eólicos e solares de Alto sertão, Ventus e AGV Solar, conforme previsto em acordo de investimento entre a Companhia e Itaú Unibanco.
- (ii) A receita de 2023 é proveniente da indenização por lucros cessantes decorrentes de sinistro ocorrido em 2021 em dois aerogeradores da controlada Rei dos Ventos 3 Geradora de Energia S.A. Em 2024 o saldo foi liquidado em sua totalidade.

## 11 CUSTO DE PRODUÇÃO E OPERAÇÃO DE ENERGIA

	Consolidado	
	2024	2023
<b><u>Custo de produção e operação de energia</u></b>		
Contratos bilaterais	(16.725)	(1)
Contratos com partes relacionadas (i)	(13.818)	(9.897)
Outros custos com partes relacionadas (ii)	(1.471)	(2.818)
Mercado de curto prazo:	(585)	(250)
SPOT	(352)	(92)
Outros	(233)	(158)
Encargos de uso, transmissão e conexão da rede elétrica	(56.573)	(54.891)
Taxa de fiscalização ANEEL	(3.600)	(3.308)
<b>Subtotal</b>	<b>(92.772)</b>	<b>(71.165)</b>
<b><u>Custo da operação</u></b>		
Material	(6.556)	(4.121)
Serviços de terceiros	(63.997)	(76.951)
Depreciação e amortização	(149.572)	(147.765)
Arrendamentos e aluguéis	(699)	(581)
Seguros	(11.033)	(8.715)
Perdas na baixa de ativo imobilizado e intangível	(2.579)	-
Outros custos operacionais	(951)	(279)
<b>Subtotal</b>	<b>(235.387)</b>	<b>(238.412)</b>
<b>Total líquido</b>	<b>(328.159)</b>	<b>(309.577)</b>

- (i) A partir de fevereiro de 2019, contratos mensais foram firmados, com o objetivo de troca de lastro do Complexo Eólico Alto Sertão II, complexo Ventus e AGV Solar com a controladora direta Auren Operações, pois estas tiveram redução de garantia física em 2018 e 2019, porém foram mantidos os contratos de venda, resultando em déficit de lastro. Sendo assim, transações de compra e venda foram realizadas, valorados ao PLD, com volume envolvido de aproximadamente 152,520 MWh de venda, sem efeito financeiro na demonstração consolidada devido as diferenças de preço entre submercados. As transações de energia foram realizadas em consonância com as regras estabelecidas e reguladas pela CCEE.

- (ii) Em 03 de setembro de 2020, a controlada direta Auren Operações celebrou um contrato de prestação de serviço e gestão operacional de projetos eólicos com a Companhia, onde será responsável pela prestação do serviço durante 10 anos, com a possibilidade de renovação por mais 10 anos.

## 12 GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Material	-	-	(1.568)	(1)
Serviços de terceiros	(100)	(297)	(3.648)	(2.576)
Depreciação e amortização	-	-	(100)	(350)
Encargos de uso, transmissão e conexão da rede elétrica	-	-	-	-
Outros	(351)	(53)	-	-
<b>Total</b>	<b>(451)</b>	<b>(350)</b>	<b>(5.316)</b>	<b>(2.927)</b>

## 13 RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
<b>Receitas financeiras</b>				
Renda de aplicações financeiras	487	7.736	44.012	43.863
Atualização de contas a receber de mercado de curto prazo	-	-	236	87
(-) PIS e COFINS sobre receita financeira	(30)	(361)	(544)	(736)
Atualização de créditos tributários	156	18	557	414
Atualização monetária com partes relacionadas (i)	-	-	-	1.703
Variação cambial - fornecedores	-	-	124	5
Renda de cauções e depósitos judiciais	-	-	3.510	4.349
Outras receitas financeiras	-	2	1.257	18
<b>Total</b>	<b>613</b>	<b>7.395</b>	<b>49.152</b>	<b>49.703</b>
<b>Despesas financeiras</b>				
Juros sobre arrendamento	-	-	(8.027)	(7.956)
Encargos de Dívidas	-	-	(3.678)	(5.593)
Atualização monetária de debêntures	-	-	(1.997)	(3.188)
Atualização monetária desmobilização	-	-	(4.562)	(2.524)
IOF	-	-	(1.465)	(834)
Atualização monetária de ressarcimento	-	-	(3.447)	(7.089)
Multas	-	-	(381)	(715)
Outras despesas cambiais	-	-	(36)	-
Outras despesas financeiras	-	-	(2.427)	(1.894)
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(26.020)</b>	<b>(29.793)</b>
<b>Total líquido</b>	<b>613</b>	<b>7.395</b>	<b>23.132</b>	<b>19.910</b>

- (i) Em 06 de janeiro de 2022, as controladas diretas AGV IV, AGV V e AGV VI firmaram um contrato de mútuo com a controladora direta Auren Operações. A transação envolveu o montante de R\$132.921, sobre o qual incidiram juros equivalentes a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros acrescida sobretaxa de 1,48% a.a, com vencimento em 06 de janeiro de 2033.

## 14 COMPOSIÇÃO DA BASE DE CÁLCULO E A CONCILIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A Companhia apura os tributos sobre o lucro com base no regime do lucro. As Controladas, por sua vez, estão enquadradas no regime do lucro presumido sob o regime de caixa em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

No regime sobre o lucro real apurado pela Companhia, a base de cálculo do imposto de renda é calculada sobre o lucro bruto as alíquotas regulares de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre a base de tributos que ultrapassar R\$240 ao ano, para o imposto de renda. A base de cálculo da contribuição social é calculada sobre o lucro bruto a qual se aplica a alíquota regular de 9%. A Companhia não apurou lucro tributável no exercício.

No regime sobre o lucro presumido apurado pelas Controladas é realizada com base na forma de tributação do lucro presumido sob o regime de caixa. A base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 8% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre a base de tributos que ultrapassar R\$240 ao ano, para o imposto de renda. A base de cálculo da contribuição social é calculada à razão de 12% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam a alíquota regular de 9%.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos em face da expectativa de utilização de prejuízo fiscal e base negativa, bem como diante de diferenças temporárias dedutíveis, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que as diferenças temporárias possam ser realizadas.

	Controladora		Consolidado	
	2024		2024	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes dos tributos	163.372	163.372	193.560	193.560
Alíquota Nominal	25%	9%	25%	9%
<b>IRPJ e CSLL</b>	<b>(40.843)</b>	<b>(14.703)</b>	<b>(48.390)</b>	<b>(17.420)</b>
<b>Adições e Exclusões à base:</b>				
Equivalência Patrimonial	41.741	15.027	-	-
Despesas não necessárias	-	-	(254)	(91)
Atualização de indébito tributário	39	14	134	48
Prejuízo fiscal sem diferido constituído	-	-	309	111
Ajuste Lucro Presumido	-	-	28.396	8.209
Diferença temporária sem diferido constituído	(1.021)	(367)	(1.021)	(367)
<b>Ajuste de Imposto</b>				
Ajuste de Anos Anteriores	-	-	(1)	(0)
Outros Ajustes	-	(1)	13	(2)
Ajuste Adicional IR	24	-	48	-
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social</b>	<b>(60)</b>	<b>(30)</b>	<b>(20.766)</b>	<b>(9.512)</b>
Alíquota Efetiva	<b>0,0%</b>	<b>0,0%</b>	<b>-10,7%</b>	<b>-4,9%</b>
Corrente	(60)	(30)	(23.439)	(10.956)
Diferido	-	-	2.674	1.444
<b>Total</b>	<b>(60)</b>	<b>(30)</b>	<b>(20.765)</b>	<b>(9.512)</b>

	Controladora		Consolidado	
	2023		2023	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes dos tributos	268.964	268.964	303.629	303.629
Alíquota Nominal	25%	9%	25%	9%
<b>IRPJ e CSLL</b>	<b>(67.241)</b>	<b>(24.207)</b>	<b>(75.907)</b>	<b>(27.327)</b>
<b>Adições e Exclusões à base:</b>				
Equivalência Patrimonial	65.512	23.584	-	-
Despesas não necessárias	-	-	(233)	(84)
Atualização de indébito tributário	4	2	88	32
Prejuízo fiscal sem diferido constituído	348	125	(584)	(210)
Ajuste Lucro Presumido	-	-	52.289	16.360
Diferença temporária sem diferido constituído	(66)	(24)	(66)	(24)
<b>Ajuste de Imposto</b>				
Ajuste de Anos Anteriores	-	-	(514)	(429)
Outros Ajustes	-	-	(14)	(6)
Ajuste Adicional IR	24	1	25	1
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social</b>	<b>(1.419)</b>	<b>(519)</b>	<b>(24.916)</b>	<b>(11.687)</b>
Alíquota Efetiva	-0,53%	-0,19%	-8,21%	-3,85%
Corrente	(1.419)	(519)	(25.857)	(12.195)
Diferido	-	-	941	508
<b>Total</b>	<b>(1.419)</b>	<b>(519)</b>	<b>(24.916)</b>	<b>(11.687)</b>

## 15 INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

### 15.1 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço.

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses), referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar, análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas são como segue:

Notas	Consolidado				Categoria	
	2024		2023			
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo		
<b>ATIVO (circulante e não circulante)</b>						
			(Reapresentado)			
Numerário disponível	3	17.925	17.925	42.172	42.172	Custo amortizado
Certificados de Depósitos Bancários ("CDBs") e Operação compromissada	3	107.127	107.127	318.837	318.837	Valor justo por meio do resultado
Quotas de fundos de Investimentos (a)	3	479.405	479.405	-	-	Valor justo por meio do resultado
Contas a receber de clientes		65.805	65.805	48.002	48.002	Custo amortizado
Cauções e depósitos vinculados		29.399	29.399	29.001	29.001	Custo amortizado
Conta de ressarcimento	4	3.196	3.196	12.251	12.251	Custo amortizado
<b>Total</b>		<b>702.857</b>	<b>702.857</b>	<b>450.263</b>	<b>450.263</b>	
<b>PASSIVO (circulante e não circulante)</b>						
Fornecedores		37.690	37.690	23.795	23.795	Custo amortizado
Dividendos a pagar		131.930	131.930	45	45	Custo amortizado
Conta de ressarcimento	4	460.353	460.353	358.134	358.134	Custo amortizado
Debêntures	7	22.347	48.163	46.595	46.595	Custo amortizado
Passivo de arrendamento	8	66.520	66.520	76.787	76.787	Custo amortizado
<b>Total</b>		<b>718.840</b>	<b>744.656</b>	<b>505.356</b>	<b>505.356</b>	

## 15.2 Gerenciamento de riscos

A Companhia e suas controladas estão expostas principalmente a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez, além de riscos adicionais descritos nesta nota explicativa. A ocorrência de qualquer um dos riscos abaixo poderá afetar adversamente a Companhia e suas controladas, podendo causar um efeito em suas operações, sua condição financeira ou em seus resultados operacionais. A estrutura de gerenciamento de riscos, assim como os principais fatores de riscos estão descritos a seguir:

### (a) Perdas estimadas em créditos de liquidação (PECLD)

As transações de energia do curto prazo são liquidadas de acordo com as regras de mercado e com as Resoluções da ANEEL. A energia de curto prazo normalmente é liquidada em até 60 dias após o mês de sua ocorrência. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui saldos pendentes de recebimentos. Contudo, com base em uma avaliação das garantias e históricos de recebimentos, a Companhia concluiu que há evidências razoáveis de que os créditos serão recebidos e, dessa forma, nenhuma perda estimada em crédito de liquidação duvidosa foi registrada pela Companhia.

Ademais, o montante a receber de energia de curto prazo é administrado pela CCEE que, por sua vez, controla a inadimplência entre os participantes setoriais com base em regulamentações emitidas pelo Poder Concedente, diminuindo o risco de crédito nas transações realizadas.

### (b) Riscos resultantes de instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas possuem exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

#### (b.1) Risco de crédito

Consiste no risco da Companhia e suas controladas incorrerem em perdas devido a uma contraparte do instrumento financeiro não cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente de caixa e equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo e contas a receber de clientes.

### **Caixa e equivalentes de caixa**

As aplicações financeiras (alocação de caixa) criam exposição ao risco de crédito de contrapartes e emissores. A Companhia e suas controladas têm como política trabalhar com emissores que possuam, no mínimo, avaliação de duas das seguintes agências de rating: *Fitch Ratings*, *Moody's* ou *Standard & Poor's*. O *rating* mínimo exigido para as contrapartes é "A" (em escala local) ou "BBB-" (em escala global), ou equivalente.

Para ativos financeiros cujos emissores não atendem às classificações de risco de crédito mínimas anteriormente descritas, a alocação deverá ser aprovada previamente pelo Conselho de Administração.

A exposição máxima ao risco do crédito na data base de 31 de dezembro de 2024 e 2023 é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
		(Reapresentado)		(Reapresentado)
Caixa e equivalentes de caixa	6.440	4.499	604.457	361.009
Contas a receber de clientes	-	-	65.805	48.002
Cauções e depósitos vinculados	-	-	29.399	29.001
<b>Total</b>	<b>6.440</b>	<b>4.499</b>	<b>699.661</b>	<b>438.012</b>

### **(b.2) Risco de gerenciamento de capital**

A Companhia e suas controladas controlam suas estruturas de capital de acordo com as condições macroeconômicas e setoriais, de forma a possibilitar os pagamentos de dividendos, maximizar o retorno de capital aos acionistas, bem como a captação de novos empréstimos e emissões de valores mobiliários junto ao mercado financeiro e de capitais, entre outros instrumentos que julgar necessário.

De forma a manter ou ajustar a estrutura de capital, a Companhia e suas controladas podem revisar a sua prática de pagamento de dividendos, aumentar o capital através de emissão de novas ações ou vender ativos para reduzir o nível de endividamento, se for o caso.

A Companhia e suas controladas também monitoram constantemente sua liquidez e os seus níveis de alavancagem financeira, além de buscar o alongamento do perfil de suas dívidas, de forma a mitigar o risco de refinanciamento.

A Companhia e suas controladas incluem dentro da estrutura de dívida líquida: empréstimos e financiamentos, menos caixa e equivalentes de caixa.

Na tabela abaixo, está demonstrado o índice de alavancagem financeira:

	Consolidado	
	2024	2023
	(Reapresentado)	
Debêntures	22.347	46.595
Caixa e equivalentes de caixa	(604.457)	(361.009)
Garantias de financiamento	(27.885)	(28.080)
<b>Dívida líquida</b>	<b>(609.995)</b>	<b>(342.494)</b>
Patrimônio líquido	2.466.192	2.447.789
<b>Índice de alavancagem financeira</b>	<b>-24,73%</b>	<b>-13,99%</b>

Além do endividamento financeiro apresentado acima, a Companhia e suas controladas monitoram sua situação financeira com base em índices financeiros utilizados para fins de *covenants*, conforme nota explicativa nº 7.

### (b.3) Risco de liquidez

O risco de liquidez acontece com a dificuldade de cumprir com obrigações contratadas em datas previstas.

A Companhia e suas controladas adotam como política de gerenciamento de risco: (i) manter um nível mínimo de caixa como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros; (ii) monitorar diariamente os fluxos de caixa previstos e realizados, (iii) manter aplicações financeiras com vencimentos diários ou que fazem frente aos desembolsos, de modo a promover máxima liquidez; (iv) estabelecer diretrizes para contratação de operações de hedge exclusivamente para mitigação dos riscos financeiros da Companhia, bem como a operacionalização e controle destas posições.

A tabela a seguir apresenta informações sobre os vencimentos futuros dos passivos financeiros da Companhia e suas controladas. Para a rubrica “Debêntures” estão sendo considerados os fluxos de caixa projetados. Por se tratar de uma projeção, estes valores diferem dos divulgados na nota explicativa nº 7. As informações refletidas na tabela abaixo incluem os fluxos de caixa de principal e juros.

	Menos de 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais que 5 anos	Total em 31 de dezembro de 2024	Total em 31 de dezembro de 2023
Fornecedores	37.690	-	-	-	-	37.690	23.795
Debêntures	-	22.347	-	-	-	22.347	54.190
Passivo de arrendamento	546	1.638	4.355	7.654	62.594	76.787	80.419
Dividendos a pagar	131.930	-	-	-	-	131.930	45
<b>Total</b>	<b>170.166</b>	<b>23.985</b>	<b>4.355</b>	<b>7.654</b>	<b>62.594</b>	<b>268.754</b>	<b>158.449</b>

### (b.4) Risco de taxa de juros

A Companhia e suas controladas possuem debêntures remuneradas pela variação do IPCA, acrescidos de juros contratuais. Consequentemente, está exposta à flutuação destas taxas de juros e índices, impactando suas despesas financeiras. Em 31 de dezembro de 2024, as aplicações financeiras da Companhia e suas controladas foram alocadas em CDBs, rentabilizadas pelo CDI.

O montante de exposição líquida da Companhia aos riscos de taxas de juros na data base de 31 de dezembro de 2024 e 2023 é:

	2024	2023
Caixa e equivalentes de caixa (CDBs, Operação compromissada e Quotas de fundos de Investimento)	586.532	318.837
Debêntures	(22.942)	(47.587)
<b>Total</b>	<b>563.590</b>	<b>271.250</b>

Os montantes de debêntures apresentados na tabela acima referem-se somente às dívidas indexadas ao IPCA e não contemplam os saldos de custo de transação. Adicionalmente, o caixa não está sendo considerado como saldo de exposição, visto que não há risco de oscilação devido às mudanças nas taxas de juro de mercado.

Com base nos dados disponíveis na CETIP, Banco Central e FGV, foi extraída a projeção dos indexadores IPCA para um ano, e assim definindo-o como o cenário provável; a partir deste, foram calculadas variações de 25% e 50% das aplicações financeiras, debêntures e ressarcimento.

Aplicações financeiras	Risco	Posição em 31/12/2024	Projeção Receitas Financeiras - 01 ano				
			Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
CDI			5,11%	7,67%	10,22%	12,78%	15,33%
Certificados de Depósitos Bancários ("CDBs") e Operação compromissada	CDI	107.127	5.474	8.217	10.948	13.691	16.423
Quotas de fundos de Investimentos	CDI	479.405	24.498	36.770	48.995	61.268	73.493
<b>Impacto no resultado</b>			<b>29.972</b>	<b>44.987</b>	<b>59.943</b>	<b>74.959</b>	<b>89.916</b>
<b>Total da exposição líquida</b>			<b>29.972</b>	<b>44.987</b>	<b>59.943</b>	<b>74.959</b>	<b>89.916</b>

Dívidas	Risco	Posição em 31/12/2024	Projeção Despesas Financeiras - 01 ano				
			Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
IPCA			1,94%	2,91%	3,88%	4,85%	5,82%
1ª Emissão (1ª série) - AES Tietê Eólica	IPCA	(9.438)	(915)	(1.014)	(1.112)	(1.211)	(1.309)
1ª Emissão (2ª Série) - AES Tietê Eólica	IPCA	(13.504)	(1.345)	(1.487)	(1.628)	(1.769)	(1.911)
<b>Impacto no resultado</b>			<b>(2.260)</b>	<b>(2.501)</b>	<b>(2.740)</b>	<b>(2.980)</b>	<b>(3.220)</b>
<b>Total da exposição líquida</b>			<b>(2.260)</b>	<b>(2.501)</b>	<b>(2.740)</b>	<b>(2.980)</b>	<b>(3.220)</b>

Ressarcimento	Risco	Posição em 31/12/2024	Projeção Despesas Financeiras - 01 ano				
			Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
IPCA			1,94%	2,91%	3,88%	4,85%	5,82%
Ressarcimento - ativo	IPCA	3.196	62	93	124	155	186
Ressarcimento - passivo	IPCA	(460.353)	(8.931)	(13.396)	(17.862)	(22.327)	(26.793)
<b>Impacto no resultado</b>			<b>(8.869)</b>	<b>(13.303)</b>	<b>(17.738)</b>	<b>(22.172)</b>	<b>(26.607)</b>
<b>Total da exposição líquida</b>			<b>(8.869)</b>	<b>(13.303)</b>	<b>(17.738)</b>	<b>(22.172)</b>	<b>(26.607)</b>

#### (b.5) Risco de aceleração de dívidas

A Companhia tem contratos de dívida (emissões de debêntures) com cláusulas restritivas ("covenants") normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros. Essas cláusulas restritivas somente são apuradas a partir da entrada em operação dos empreendimentos. A não observância dos índices financeiros, verificados anualmente, após a entrada em operação, implica na possibilidade de antecipação do vencimento da dívida, o que teria um impacto adverso no fluxo de caixa da Companhia.

**(c) Outros riscos considerados relevantes**

**(c.1) Risco socioambiental**

A instalação e operação de empreendimentos voltados à geração de energia elétrica utilizam e/ou interferem em recursos naturais e podem causar impactos ambientais. Portanto, as atividades da Companhia estão sujeitas a diversas leis e regulamentos ambientais que estabelecem padrões de qualidade e de proteção ambiental que devem ser respeitados e que, se violados, podem sujeitar os infratores às sanções administrativas, cíveis e criminais, além da obrigação de reparação de danos ambientais.

As diretrizes ambientais adotadas pelas sociedades pertencentes ao Grupo econômico da Nova Energia S.A, baseiam-se, entre outros, no princípio de prevenção, na responsabilidade social e no cumprimento da legislação ambiental aplicável ao setor em que atuam. O gerenciamento ambiental de todas as atividades das empresas do Grupo é realizado com foco na proteção ao meio ambiente, na prevenção à poluição, atendimento à legislação e melhoria contínua de seus processos, inclusive por meio da sua Política de Sustentabilidade, considerando de forma equilibrada aspectos econômicos, ambientais e sociais.

**(c.2) Risco em renováveis não-hídricas**

***Constrained-off* de usinas eólicas**

O *constrained-off* é a redução da geração de energia de uma ou mais usinas, determinada pelo Operador Nacional do Sistema (ONS), por motivos alheios à gestão do empreendedor, tais como indisponibilidades nas linhas de transmissão, limites da capacidade de escoamento da rede ou excesso de geração frente a demanda de energia do sistema.

A Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), publicou em 23 de março de 2023 a Resolução Normativa nº 927 de 2021, e, em 29 de abril de 2022, o Despacho 1.151/2022, que em conjunto regulamentaram a metodologia para cálculo de energia não fornecida decorrente de *constrained-off* de usinas eólicas, condição necessária para a cobrança dos ressarcimentos referentes ao denominado período “provisório” do *constrained-off* eólico, relacionado aos eventos de restrição de geração ocorridos até setembro de 2021. Em 23 de dezembro de 2022, a CCEE publicou o comunicado nº 970/22, com a divulgação do cronograma de reapurações dos ressarcimentos, que perduraram de junho de 2023 a junho de 2024, e que contemplou apenas os eventos ocorridos entre os meses de janeiro de 2018 a setembro de 2021, referentes ao já citado período “provisório” do *constrained-off*.

Assim, os pagamentos dos referidos ressarcimentos foram suspensos no mês de julho de 2024 pela falta de regras de comercialização para apuração dos ressarcimentos referentes ao período “definitivo” do *constrained-off* eólico, relacionados aos eventos de restrição de geração ocorridos a partir de outubro de 2021.

Em 24 de dezembro de 2024 a ANEEL publicou a Resolução Normativa 1.109 de 2024, resultado da Consulta Pública 22/2022, estabelecendo as regras de comercialização para apuração dos ressarcimentos referentes ao período citado no parágrafo acima. Assim, a expectativa é que a CCEE divulgue um cronograma de reapurações dos ressarcimentos referentes ao período de outubro de 2021 em diante.

No que se refere ao período definitivo, para eventos ocorridos a partir de outubro de 2021, os ressarcimentos serão devidos, para os montantes contratados tanto no mercado regulado (ACR) quanto no mercado livre (ACL), após extrapolada uma franquia de horas anuais de energia restringida, que será definida anualmente pelo ONS com base em uma média móvel dos últimos cinco anos das indisponibilidades médias apuradas para as funções de transmissão de tensões 230 kV e 500 kV. Atualmente, a franquia para usinas eólicas é de 83 horas anuais.

Para as usinas de fonte solar, a ANEEL aprovou em setembro de 2024 a Resolução Normativa nº 1.073/2023, que estabelece os procedimentos e os critérios para apuração e pagamento de restrições da operação de usinas solares fotovoltaicas por *constrained-off*.

Assim como no caso das eólicas, a regulação da ANEEL limita o pagamento da compensação aos geradores às situações classificadas como “Razão de indisponibilidade externa”. O gerador assume o risco até um limite temporal regulatório em que o evento é considerado ordinário. Essa “franquia” é considerada metade da franquia calculada para as usinas eólicas, considerando que o período de geração da fonte solar se aproxima a metade das horas de um dia. Atualmente de 41 horas e 30 minutos por ano para a fonte solar.

Esta regra passou a valer de forma definitiva a partir de março de 2024 e espera-se uma demora no processamento e efeitos econômicos e financeiros devido a necessidade de aprovação das regras de comercialização que detalham o processo operacional realizado pela CCEE, pendente de abertura de nova Consulta Pública pela ANEEL.

Ao fim de 2023, a Associação Brasileira de Energia Eólica e Novas Tecnologias (ABEEólica) e Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (ABSOLAR) ajuizaram ação judicial para discutir os efeitos da Resolução Normativa ANEEL (REN ANEEL) nº 1.030/2022, que limita a compensação integral por eventos de restrição de operação por *constrained-off* e prevê possibilidade de compensação apenas para os cortes de geração classificados pelo ONS como razão de indisponibilidade externa, ou seja, motivados por indisponibilidades em instalações de transmissão ou da distribuição.

Assim, os cortes classificados como de razão de atendimento a requisitos de confiabilidade elétrica, em situações de redução de geração devido ao atingimento de limite de linhas de transmissão, e os cortes classificados como de razão energética, em situações em que há impossibilidade de alocação de geração na carga não são passíveis de compensação, de acordo com a regulamentação vigente.

No curso do processo, em dezembro de 2024, acolhendo o pedido das Associações, o Tribunal Regional Federal da 1ª Região deferiu a liminar a favor das associações e determinou que o regulamento deverá, necessariamente, prever mecanismos de compensação de encargo para cobertura dos custos de operação e, mais especificamente, por restrição de transmissão. Ainda, foi determinado que no próximo Relatório do Processamento da Contabilização da Liquidação Financeira do Mercado de Curto Prazo de Energia Elétrica, a ser divulgado pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica e nos subsequentes, promova a compensação integral aos geradores associados às agravantes.

No entanto, em janeiro de 2025, após diversos desdobramentos no processo, a ANEEL requereu ao Superior Tribunal de Justiça a suspensão da referida liminar. A suspensão preconiza que não seria o caso de deferimento liminar do pedido das Associações e que eventuais prejuízos devem ser apurados no curso da ação, podendo ser equalizados nos contratos celebrados com a União por meio de reequilíbrio econômico-financeiro.

Diante de tal contexto, o ressarcimento devido aos geradores eólicos e solares por *constrained-off* para eventos ocorridos a partir de outubro de 2021 seguem suspensos até que tais providências sejam definidas pelos órgãos responsáveis. Eventuais recontabilizações de períodos anteriores podem ocorrer a depender das movimentações da ação judicial em curso.

### **Lastro de Energia de Reserva para usinas eólicas e solares**

Em 15 de dezembro de 2020, foi publicada a Resolução Normativa ANEEL nº 909/2020, que, ao aprovar novas Regras de Comercialização de Energia Elétrica, introduziu, entre outras providências, o caderno de regras da CCEE “Penalidade por Insuficiência de Lastro de Energia de Reserva”, o qual foi alterado a fim de contemplar a aplicação de penalidade para usinas eólicas e fotovoltaicas vencedoras de leilões de energia de reserva em caso de insuficiência de lastro de energia para cumprimento de seus contratos. Tal penalidade passou a ser calculada a partir de janeiro de 2022, sendo que os efeitos financeiros passaram a ser percebidos a partir de julho de 2022.

A Companhia, juntamente com outros agentes do setor e em nome das associações ABEEÓLICA e ABSOLAR, contratou um parecer jurídico-regulatório a fim argumentar que a decisão da ANEEL quanto a aplicação de penalidade por insuficiência de lastro não deve ocorrer para as usinas eólicas e fotovoltaicas, alegando principalmente que a Lei 10.848/2004 não impõe a obrigação de constituição de lastro de Energia de Reserva, pois sua função é garantir o fornecimento de energia elétrica.

Fruto da discussão jurídica, a ABEEÓLICA e ABSOLAR conjuntamente, representando a Companhia e outras associadas, impetraram requerimento administrativo com pedido de medida cautelar com vistas ao afastamento da exigência de lastro e de penalidades por insuficiência de lastro de energia de reserva de fontes eólica e solar, determinadas pela resolução em questão. Entretanto, a ANEEL votou “por não conhecer, devido sua intempestividade e por protocolado em face de norma geral e abstrata” através do Despacho nº 661/2022, o qual as requerentes questionaram através de um pedido de reconsideração, igualmente indeferido.

Em dezembro de 2022, em decorrência do processo de apuração de lastro, a CCEE enviou aos agentes, incluindo a Companhia, Termos de Notificação de Sanção por Lastro de Energia. Foram recebidas Notificações para 3 usinas UFV Guaimbê I, EOL da Prata e EOL Ventos do Nordeste, totalizando R\$177 referente ao ano de 2021. Mais adiante, com a aquisição pela Companhia de novos ativos, a Companhia foi notificada de suas penalidades em parte das usinas, sendo elas as eólicas Ventos De Santa Joana VI, Ventos De Santa Joana VIII, Ventos De Santa Joana XIV, Ventos De Santo Onofre I, Ventos De Santo Onofre III, Ventos De Santa Brigida I, Ventos De Santa Brigida II, Ventos De Santa Brigida III, Ventos De Santa Brigida IV, Ventos De Santa Brigida V, Ventos De Santa Brigida VI e Ventos De Santa Brigida VII, totalizando R\$650 para o mesmo período.

Considerando os documentos recebidos, a Companhia contestou as cobranças oficialmente através de solicitação à CCEE de recebimento da referida contestação, atribuindo a ela o efeito suspensivo que lhe é próprio. Assim, em janeiro de 2023, o Conselho de Administração da CCEE, após avaliar os fundamentos e razões de impugnação deliberou, em primeiro momento, pelo sobrestamento da análise da contestação do Termo de Notificação.

Em janeiro de 2023, a ABEEólica e a ABSOLAR, em continuidade ao trabalho jurídico de parecer, em conjunto com seus associados, protocolaram ação judicial para afastamento da indevida penalidade de lastro de energia de reserva. Em fevereiro de 2023, foi deferida a tutela de urgência requerida nos autos da Ação, onde a decisão é por suspender a exigência de lastro de energia de reserva, bem como qualquer contabilização, imputação, notificação (inclusive os Termos de Notificação relativos aos anos de 2021 e seguintes que tenham por fundamento essa a REN 909/2020), exigibilidade e/ou liquidação de penalidade por insuficiência de lastro para energia de reserva de fonte eólica e solar.

O processo segue em tramitação e sem novas atualizações desde o deferimento da liminar.